

ATA DA OCTOGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 08-9-2021.

Aos oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Jonas Reis, José Freitas, Márcio Bins Ely, Matheus Gomes, Mauro Zacher e Professor Franzen. À MESA, foram encaminhados: Requerimento nº 234/21 (Processo nº 0877/21), de autoria de Alexandre Bobadra; Requerimento nº 235/21 (Processo nº 0884/21), de autoria de Bruna Rodrigues. Foi apregoado requerimento de autoria de Kaká D'Ávila, solicitando licença para tratamento de saúde do dia oito ao dia onze de setembro do corrente, tendo o Presidente declarado empossado na vereança, em substituição, pelo mesmo período, Professor Franzen, informando-o que integraria a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana. Na oportunidade, foi apregoada declaração firmada por Moisés Barboza, Líder da Bancada do PSDB, informando os impedimentos dos suplentes Conselheiro Marcelo, Helen dos Santos Machado Calleya, Pai Ricardo d'Oxum e Luiz Fabiano de Souza em assumirem a vereança do dia oito ao dia onze de setembro do corrente. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Aldacir Oliboni, Pedro Ruas, Roberto Robaina e Daiana Santos. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e trinta e oito minutos às quatorze horas e quarenta e dois minutos e das quinze horas e oito minutos às quinze horas e onze minutos. Às quinze horas e vinte e dois minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em discussão geral e votação, esteve o Projeto de Lei do Executivo nº 013/21 (Processo nº 0601/21), discutido por Pedro Ruas, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Leonel Radde, Karen Santos, Laura Sito, Felipe Camozzato, Cassiá Carpes, Roberto Robaina, Matheus Gomes, Jonas Reis, Jessé Sangalli e Daiana Santos. Na oportunidade, foi constatada a existência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Roberto Robaina. Foi rejeitado requerimento de autoria de Pedro Ruas, solicitando o adiamento, por duas sessões, da discussão do Projeto de Lei do Executivo nº 013/21, por ONZE VOTOS SIM e VINTE E DOIS VOTOS NÃO, após ser encaminhado à votação por Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Karen Santos e Pedro Ruas, tendo votado sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina e votado não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia

Araújo, Claudio Janta, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Professor Franzen, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foram apregoadas as Emendas nº 03 e 04, assinadas por Daiana Santos e Bruna Rodrigues, ao Projeto de Lei do Executivo nº 013/21, e foi apregoado requerimento de autoria de Bruna Rodrigues, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque para essas emendas. Foram apregoadas as Emendas nº 05 e 06, assinadas por Matheus Gomes e Roberto Robaina, ao Projeto de Lei do Executivo nº 013/21, e foi apregoado requerimento de autoria de Roberto Robaina, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque para essas emendas. Foram apregoadas as Emendas nº 07 e 08, assinadas por Pedro Ruas, ao Projeto de Lei do Executivo nº 013/21, e foi apregoado requerimento de autoria de Pedro Ruas, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque para essas emendas. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 013/21, por ONZE VOTOS SIM e VINTE E DOIS VOTOS NÃO, após ser encaminhada à votação por Pedro Ruas, Laura Sito, Bruna Rodrigues, Aírto Ferronato e Roberto Robaina, tendo votado sim Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina e votado não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Professor Franzen, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário, votação essa posteriormente declarada nula pela Presidente. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 013/21, por ONZE VOTOS SIM e VINTE E TRÊS VOTOS NÃO, após ser encaminhada à votação por Pedro Ruas, Leonel Radde, Matheus Gomes, Aldacir Oliboni, Daiana Santos, tendo votado sim Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina e votado não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Professor Franzen, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Em continuidade, a Presidente declarou nula a coleta de votos na votação da Emenda nº 01, em face de erro nesse procedimento. Foi realizada nova coleta de votos para a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 013/21, sendo rejeitada por ONZE VOTOS SIM e VINTE E TRÊS VOTOS NÃO, tendo votado sim Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina e votado não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim,

Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Professor Franzen, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Esteve em votação, destacadamente, a Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 013/21, a qual, após ser encaminhada à votação por Karen Santos, deixou de ser votada, em face do esgotamento do prazo regimental da presente sessão. Às dezoito horas e cinquenta e dois minutos, esgotado o prazo regimental da presente sessão, a Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Idenir Cecchim e Comandante Nádia. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Boa tarde a todos. Solicito ao diretor legislativo que proceda à chamada nominal dos vereadores para a abertura dos trabalhos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam à chamada nominal.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Há quórum. Solicito ao diretor legislativo que faça o apregoamento das matérias apresentadas à Mesa.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Kaká D'Ávila solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 8 a 11 de setembro de 2021. A Mesa declara empossado o Ver. Professor Franzen, nos termos regimentais, em razão da impossibilidade de os suplentes Conselheiro Marcelo, Helen dos Santos Machado Calleya, Pai Ricardo d'Oxum e Luiz Fabiano de Souza assumirem a vereança, que integrará a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH.

Registro a presença da nossa ex-vereadora, ex-deputada federal, Manuela d'Ávila. Seja bem-vinda.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente em exercício Ver. Idenir Cecchim, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão; saúdo, de modo especial, a nossa querida amiga e sempre deputada Manuela d'Ávila que estava aqui no plenário há pouco; cidadãos e cidadãs que estão acompanhando; saúdo a todos os trabalhadores e trabalhadoras da Carris que, possivelmente, estão aguardando a decisão da Mesa Diretora para adentrar aqui no plenário e acompanhar a sessão nesta tarde.

Quero dizer que, hoje, para nós, da oposição, que defendemos a empresa pública, que defendemos a qualidade do serviço público, que defendemos, mais do que isso, a manutenção dos empregos dos trabalhadores, nós estamos aqui – a Bancada do PT, a Ver.^a Laura, o Ver. Jonas, Ver. Leonel – para dizer que hoje é um dia muito triste para Porto Alegre, mas muito triste, porque depois de 140 anos da existência da Carris, uma empresa pública, de transporte público, o governo decide liquidá-la, o governo decide extingui-la, o governo decide demitir dois mil servidores e abrir um processo, e, a curto prazo, extinguir, fazendo o PDV, e diz que o governo vai fazer sim a liquidação das linhas.

Nós entendemos, Presidente e colegas vereadores e vereadoras, que este projeto é incondicional. A lei das S.A., não é isso que diz do projeto de lei, e, por isso, nós entendemos claramente que este projeto será perdido na justiça, porque as leis das S.A. é um outro formato de projeto de lei, e o governo, infelizmente, não se deteve nas leis das S.A., e, mais do que isso, percebemos que hoje a Carris é um enorme patrimônio para cidade, mas, mais do que um patrimônio, esses 149 anos de existência, ao menos nos nossos governos, no governo da Frente Popular, sempre, sempre deu lucro, e foi uma empresa que se tornou referência nacional e internacional no transporte público, ao contrário do que aconteceu depois que assumiu o governo Fogaça, o governo Fortunati, junto com o atual prefeito municipal, que, na época, era vice-prefeito, o Sebastião Melo. Sebastião Melo, hoje, prefeito de Porto Alegre, Cecchim, assumiu a agenda do capital. Aqui, quando vereador, era contra a privatização, contra a desestatização, era contra a terceirização. Foi meu colega na Comissão de Saúde, parecia ser um vereador de esquerda no MDB, e dizia ele, o Ver. Sebastião Melo, na ocasião, que era da esquerda do PMDB. Olha só o que aconteceu 10 anos depois; nosso ex-colega se torna prefeito e assina a agenda do prefeito anterior, neoliberal, do prefeito Marchezan, e, cumprindo agenda, como disse o ministro do governo Bolsonaro, vamos aproveitar e passar a boiada, tem feito inúmeros projetos, e, tem, na verdade, aqui passado o rolo compressor, porque, na verdade, ele acabou constituindo, no seu governo, a maioria, e ao constituir maioria não respeita mais as diferenças, não respeita mais a opinião da esquerda, não respeita mais a opinião da oposição, diz que é um governo democrático e de diálogo, mas, na verdade, não aceita nenhuma emenda ao projeto, nem mesmo sugestão das audiências públicas ora feitas nesta Casa.

Portanto, em nome da nossa bancada, da Bancada do PT, claro que estamos decepcionados, estamos indignados, como estão os trabalhadores, de açodadamente votar projetos dessa natureza sem receber os trabalhadores e, ao recebe-los, dizer que queria uma proposta de viabilidade, e foi entregue, na segunda-feira passada, essa proposta, e o governo não se pronuncia.

Por isso nós pedimos aqui ao governo municipal que retire esse projeto de lei, que dialogue com a sociedade, que dialogue também com as concessionárias que atualmente estão no sistema, porque percebemos que, ao liquidar a Carris, as outras concessionárias vou pedir muito mais dinheiro público para poder continuar bancando o sistema. Quem vai absorver essas linhas da periferia da cidade? Hoje, é a Carris! Amanhã, quem será, nobre Presidente?

Para concluir, quero dizer o seguinte: hoje será um dia de grande debate, mas nós queremos dizer à sociedade porto-alegrense que a Bancada do PT é contra a liquidação da Carris, é contra a demissão dos trabalhadores, como foi contra a extinção dos cobradores na semana passada. Não à privatização da Carris! Não à demissão dos trabalhadores! Sim ao diálogo concreto e responsável na busca de uma saída para a redução do valor para passagem e para dialogar com as pessoas mais pobres da nossa querida Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, vereador, V. Exa. ficou devendo um minuto para o próximo pronunciamento. Convido o Ver. Professor Alex Fraga, que está na portaria, para que entre.

Vamos suspender a sessão, por alguns minutos, em virtude de problemas técnicos. Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h38min.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 14h42min: Estão reabertos os trabalhos.

Sejam bem-vindos os convidados. Tenho certeza de que todos vão ajudar para que se faça uma discussão de alto nível. O assunto é importante e nós respeitamos as opiniões contrárias.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB) (Requerimento): Sr. Presidente, na semana passada nós fizemos um requerimento para a reabertura das galerias; considerando que somente hoje foi encaminhado para outro setor da Casa, eu gostaria de pedir para que fosse suspensa a votação do projeto da Carris, porque é uma pauta de extrema importância para a cidade e tem que ter a participação da população. Considerando isso, acho que é importante, porque a gente não teve retorno, independentemente de estar acordado ou não, eu acho que é válido o requerimento que foi feito, e aqui está ele, porque é uma pauta de extrema importância para a cidade. Acho que tem que ter a participação popular, tem que ter os trabalhadores aqui, e esse é um número ínfimo que definitivamente não tem como a gente considerar como parte dessa participação. Eu acho que – levando em conta que teve uma semana para a gente receber o retorno e somente agora foi repassado ainda para outro setor – isso demonstra um certo descaso, uma certa negligência, inclusive com a pauta que é fundamental, que é a reabertura. Eu acho que é importante de a gente fazer essa avaliação. Então solicito para que seja suspensa. Entrego para o senhor aqui uma cópia.

(Procede à entrega do documento.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Vereadora, nós estamos nos guiando pelos protocolos de saúde. Acho que V. Exa. também tem solicitado muito e tem ajudado para que isso se cumpra. Nós estamos fazendo exatamente isso; agora mesmo os nossos convidados estão colaborando, sentando separados, e nós não podemos ultrapassar isso. Lamento, mas o que foi combinado na reunião de líderes será mantido.

Vereadora Daiana Santos (PCdoB): Considerando os protocolos, acho que, se o senhor olhar os dois lados, é possível que a gente coloque um número maior.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Já autorizamos, já aumentamos o número de presentes de 10 para 15 para os que são contrários à aprovação do projeto; o outro lado ainda não foi ocupado pelos que são a favor do projeto.

Vereadora Daiana Santos (PCdoB): É possível que entrem mais 15 desses para ocupar o outro lado das galerias?

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Ainda não foram ocupados os primeiros 15 lugares; vamos aguardar para que sejam ocupados.

Vereadora Daiana Santos (PCdoB): Presidente, com base nessa solicitação do requerimento, é possível que a gente feche acordo em 30?

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Como se trata de saúde, não é o Plenário quem decide isso.

Vereadora Daiana Santos (PCdoB): Fica o registro de que há uma semana foi feita essa solicitação e que até agora não houve nenhum retorno. Está sendo encaminhado de setor para setor...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): As autoridades sanitárias não mudaram o protocolo, por isso agradeço a boa vontade que V. Exa. teve de fazer o requerimento. Obrigado.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Ilustre Presidente em exercício, prezado Ver. Idenir Cecchim; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos dá a honra de assistir à nossa sessão. O dia de ontem marcou de forma definitiva a história do nosso País da pior maneira possível. Na verdade, nunca se viu um 7 de Setembro com as mesmas características. Por todo o País as transmissões de televisão e rádio mostravam, Ver. Oliboni, S. Exa., o Presidente da República, em primeiro lugar, em

plena campanha eleitoral. Isso aí é um absurdo, um abuso, uma antecipação inusitada da campanha eleitoral, palanque, trio elétrico; em segundo lugar, um Presidente da República que disse em alto e bom som na praça pública, em São Paulo, que não cumpriria mais decisões de S. Exa. o Ministro Alexandre de Moraes do Supremo Tribunal Federal. É inacreditável! É inacreditável. Nunca se viu um episódio desses em situações de democracia, nunca, jamais se viu. Não cumprirá, por quê? Mas quem é, quem é aquele ex-deputado do baixo clero do congresso, que é Presidente da República, para dizer que não cumpre ordens do supremo? Decisões judiciais são para ser cumpridas.

O exemplo que ele deu, o que ele pregou, vejam bem as consequências, vereadoras e vereadores da nossa querida Porto Alegre, vejam bem as consequências, aquele bando de fanáticos, fanáticos, alguns alucinados, outros não, mas entre os alucinados não vai faltar alguém se incentivando para atacar fisicamente, inclusive, o Ministro Alexandre de Moraes ou os seus familiares.

O que esse candidato, Ver.^a Mônica Leal, que me honra com a sua atenção, conseguiu – esse Presidente, ali, em pose de candidato – foi uma ameaça brutal quando ele diz, em Brasília ainda, que ou o presidente do supremo enquadra esse ministro ou nós faremos o que não queremos. O que que faremos? O que que não queremos? Isso pode ser encarado como uma ameaça de homicídio; pode ser. O que que é o faremos o que não queremos? Fechar o supremo não é, porque ele não pode. Então o que que é isso, Ver.^a Laura Sítio? O que que ele disse? Qual era a ameaça? Sem falar que tudo isso foi pago com o dinheiro suado do contribuinte. Tudo isso com dinheiro público – com dinheiro público, meu amigo Felipe que nos prestigia aqui sempre –, com dinheiro público, dinheiro público. No mínimo, no mínimo, é campanha eleitoral antecipada, mas, no mínimo; o resto é crime de responsabilidade. Ou não é? Está escrito no art. 85, Ver. Pablo Melo, da Constituição Federal, que V. Exa. conhece, que não se pode descumprir decisão judicial. Não pode! Está ali como crime de responsabilidade, e foi o que ele anunciou. Alguém tem dúvida de que é crime de responsabilidade? Porque ele anunciou, ele disse: que não vamos mais cumprir decisões do Ministro Alexandre de Moraes do Supremo Tribunal Federal. Isso é crime de responsabilidade! Um colega, advogado, me ligou ontem à noite e me disse assim, defendendo o Presidente, ele me disse: “É pré-crime”. Eu disse: “Como assim, pré-crime?” “É que ele anunciou que não vai cumprir, mas, talvez, cumpra”. Eu disse: “Não, mas não é assim, o Presidente da República disse que não vai mais cumprir. É isso! Não é pré-crime. É o crime. Já é crime de responsabilidade, já está acontecendo”.

Nós vimos a Nação estarecida, uma Nação que está pagando o botijão de gás a R\$ 100,00; uma ação que está pagando R\$ 7,00 num litro de gasolina; são 16 quase, agora, 15 milhões de desempregados do Brasil, um País com quase 600 mil mortes por Covid-19, uma pandemia brutal sem um combate efetivo e eficaz. Então, com tudo isso, no Sete de Setembro vai o Presidente da República ameaçar Ministro do Supremo! Vai ter o que fazer, vai trabalhar, vai ser presidente, vai cuidar do povo, vai diminuir inflação, vai diminuir o preço do gás, da gasolina, vai combater a Covid-19! Não vai cometer crime de responsabilidade. Eu agradeço o tempo, ilustre Ver. Idenir

Cecchim, e digo o seguinte: foi o pior Sete de Setembro da história democrática do Brasil. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde, vereadores, vereadoras; público que assiste à TVCâmara, esta é uma tarde muito difícil, primeiro porque nós tivemos esse ato nacional promovido pelo Presidente Bolsonaro, cuja incapacidade faz com que ele não tenha condições de sustentar um discurso por 15 minutos, então, ele vai de Brasília para São Paulo para falar seis minutos, é o máximo que o preparo intelectual desse Presidente é capaz de produzir. Mas o despreparo do Bolsonaro não é um problema mais grave, oxalá fosse, oxalá nós tivéssemos só um Presidente ignorante, despreparado e medíocre, como é o Presidente Bolsonaro, mas é pior que isso porque o Presidente Bolsonaro arma um discurso, que é um discurso que promove anarquia, a desordem e a tentativa de golpe, e, portanto, de liquidação das liberdades democráticas. É um governo que não apenas ataca o movimento dos trabalhadores, mas ataca também as instituições da democracia liberal burguesa: Supremo Tribunal Federal, Congresso Nacional, governadores e todo tipo de instituição que não aceita o projeto do bolsonarista de construir uma ditadura de um presidente, além do mais, incompetente, despreparado. A burguesia brasileira majoritariamente não quer uma ditadura, mas o mais grave é que o projeto bolsonarista está um projeto de ataque aos interesses da classe trabalhadora. E soma-se, na tarde de hoje, um problema ainda mais grave em termos locais, não mais grave do que essa tentativa de golpe do Bolsonaro porque, evidentemente – esse é o maior perigo nacional, esse Presidente da República corrupto e genocida –, mas aqui na cidade de Porto Alegre o prefeito Melo está adotando um elemento comum ao bolsonarismo, que é o ataque e a tentativa de derrotar uma categoria profissional como a categoria dos rodoviários. A privatização da Carris significa esse ataque, significa entregar o sistema de transporte de Porto Alegre para as empresas privadas, empresas privadas que durante muitos anos controlaram o sistema sem licitação pública, conformando, na gestão do sistema, uma verdadeira máfia contrária aos interesses populares. Aliás, a ATP segue sem ser controlada mesmo tendo a Carris – aliás, a Carris tem sido prejudicada porque a ATP sequer repassa os valores, que são valores adquiridos pelo trabalho da Carris. A ATP tem pelo menos R\$ 120 a R\$ 130 milhões no seu caixa, e a Prefeitura de Porto Alegre não cobra esses recursos. E agora trata de atacar os trabalhadores da Carris, privatizando uma empresa centenária, uma empresa que ajuda a regular o sistema de transporte, uma empresa que permite que nós tenhamos emprego e renda para milhares de trabalhadores. E, na tarde de hoje, o propósito do governo Melo é avançar com esse projeto que privatiza a Carris, um projeto que, caso aprovado, vai significar desemprego e vai significar uma piora substancial do serviço de transporte. Não vai melhorar. Não vai baixar as tarifas, nós

não vamos ter uma população assistida por um número maior de ônibus e ônibus de qualidade; ao contrário, o ataque a Carris é o ataque à empresa que tem a melhor qualidade, então nós, infelizmente, temos, sim, uma tarde muito triste. Nós, evidentemente, aqui na Câmara de Vereadores, vamos buscar resistir até o final e vamos tentar, sim, derrotar esse projeto do prefeito Melo. Assim como, no plano nacional, nós vamos chamar grandes mobilizações contra o Presidente corrupto e genocida que infelizmente segue à frente da República. Portanto, vereadores, vereadoras, trabalhadores da Carris – Matos, Rosângela, Tiago – vários representantes que estão aqui do comando de greve da Carris, saibam que nós, do PSOL, vamos lutar até o final hoje e nós somos conscientes de que a greve que vocês fizeram foi uma greve justa, uma greve necessária e uma greve que não foi em vão, porque a luta de vocês vai ter que continuar contra os planos do governo de ataque à empresa e de demissão da família rodoviária. Um abraço aos trabalhadores e trabalhadoras da Carris, contem conosco.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Ver. Roberto Robaina.

(Manifestação nas galerias.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Quero cumprimentar os trabalhadores da Carris que aí estão de uma forma educada, cumprimento pela postura de manterem a distância, se entrar mais alguém, vocês nos ajudem a fazer isso para o bem de todos. Obrigado.

(Manifestação nas galerias.)

Vereador Leonel Radde (PT): Uma questão de ordem, Presidente. Nós temos cinco centrais sindicais que os representantes e as representantes solicitaram a entrada, não estão computados entre rodoviários, mas querem fazer parte desta sessão. Então fica o meu pedido para liberar, pelo menos, cinco vagas para centrais sindicais. Obrigado.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Estamos acomodando, me parece que ainda falta um ou dois aqui para os 15. Já está lotado? Em seguidinha vamos dar a resposta do seu pedido.

A Ver^a. Daiana Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Boa tarde, Presidente; colegas vereadoras, vereadores; quem nos assistir pela TVCâmara, no YouTube, os trabalhadores e trabalhadoras da Carris aqui presentes, em nome da bancada do PCdoB,

nós estamos nos somando nessa luta tão importante. Eu inicio esse momento aqui em liderança, falando que agora mesmo o Presidente do STF, Luiz Fux, considerou um crime de responsabilidade do Presidente Bolsonaro os atos de ontem. Isso pode parecer que está desconexo do que acontece neste espaço, do que acontece na nossa cidade, mas, definitivamente, não está. Os atos antidemocráticos e a forma como vem sendo conduzida essas pautas de maneira vergonhosa, vexatória para toda a população brasileira só demonstram que aqueles que estão alinhados a esse projeto se amedrontam com a queda vertiginosa da popularidade desse Presidente, o mesmo que não faz o mínimo para que a população tenha o respaldo do cuidado. Aí nós poderíamos falar das mais debatidas formas que a gente já viu, tanto aqui, quando na mídia, da corrupção ativa em torno das vacinas, da rachadinha, dos escândalos, dos mais diversos escândalos de corrupção que permeiam esse governo. Mas quero trabalhar numa outra perspectiva, daqueles que aqui em Porto Alegre se alinham a ele. E aqui, nós, uma Prefeitura muito alinhada dentro desta Casa também, muitos destes que agora votam contra o trabalhador, que já tiveram aqui a possibilidade de reavaliar as suas posturas, enquanto votavam um bom exemplo na semana passada, na retirada dos cobradores. Aqueles que não compreendem que a necessidade do cuidado, mas principalmente de ter em seu horizonte – porque no próximo período eleitoral são esses que vão estar aí solicitando apoio da população – que no próximo período eleitoral nós não nos esqueceremos de quem são vocês, alinhados a uma política do Bolsonaro, genocida e corrupta, definitivamente é isso. E não venham me cercear a fala porque é isso que acontece. Quando olhamos os índices do aumento da violência no Brasil, novamente no mapa da fome, quando a gente olha um grande contingente aqui em Porto Alegre, a população em situação de rua, a vulnerabilidade a olhos nus, quando a gente vê famílias e novas configurações dessas populações na rua, eu me atrevo a falar – e olhando para esses trabalhadores que estão aqui – que bem breve este alinhamento pode estar próximo a vocês. Porque quando não se pensa que mais de três mil trabalhadores vão para rua, quando a gente não garante o direito dos trabalhadores, quando a gente ataca de forma muito, mas muito, muito preconceituosa, inclusive chamando aqueles que sustentam toda uma linha transporte público – e quando eu digo uma linha, é um alinhamento com projeto político do transporte público nessa cidade –, quando se ataca dessa maneira, sem respeito, sem nenhum tipo de responsabilidade, estamos promovendo aqui o caos, a desordem e o empobrecimento da população, aumentando o contingente de desempregados nesta cidade e isso se soma os 15 milhões de pessoas desempregadas no Brasil. É muito triste, é lamentável olhar que esta Casa, a Casa do Povo, inclusive faz este movimento de fechar as portas para o povo, enquanto esses mesmos que solicitam que essas portas estejam fechadas estão aí solicitando que as festas retomem, que todos os outros projetos, no comércio, na cultura, no lazer, no esporte – tendo em vista que nós já votamos aqui – estejam com as portas abertas.

Eu peço que vocês se atentem a isso, meus amigos, minhas amigas porque é muito triste ver que nós estamos passando por esse período e, mais uma vez, eu digo, de aumento da vulnerabilidade, da volta da fome, do desemprego em massa da população em situação de rua, da cesta básica mais cara do País em meio a essas prioridades. É

assim que o governo, aqui em Porto Alegre, faz a leitura da realidade dessa população, população que vocês transportam dia a dia das comunidades para o Centro, do Centro para as comunidades porque são aqueles que não tiveram a possibilidade de parar, são aqueles que trabalham para colocar o pão na mesa, assim como vocês. Peço que vocês fiquem atentos a isso, aqueles que hoje atacam vocês, mas que podem ter certeza, logo ali à frente, pediram o apoio e definitivamente vão fazer isso, porque escrúpulos não têm; se tivessem, não estariam atacando a classe trabalhadora nesse exato momento em que a gente passa pela pior crise sanitária do Brasil.

Eu fico muito triste em ter que lidar com essas questões porque isso é muito caro para mim, usuária de transporte público, moradora de comunidade. E parte das que hoje lutam pelo seu trabalho, pelo direito ao sustento da família, fazem do mesmo perfil que eu faço: mulheres, mães de família, chefes de família, negras e que moram em comunidade. Isso é importante, pode parecer até de forma aleatória, mas isso é importante para que a gente compreenda a realidade e as prioridades desse governo que, mais uma vez, digo, é alinhado ao governo de Bolsonaro.

Aqueles que não conseguem minimamente pautar, diante das prioridades, o cuidado e a segurança da sua população, nem a segurança física, nem a integralidade, seja ela pensando no cuidado, mas principalmente falando no que tange à responsabilidade do sustento, aquilo que a gente considera de mais caro, que é a saúde e a responsabilidade com as famílias.

Eu olho para cada um e cada uma de vocês aqui e penso que nós deveríamos e poderíamos estar colocando aqui como prioridade outras coisas, mas esse alinhamento com aqueles que estão caindo juntos vertiginosamente com a popularidade desse Presidente, estão caindo, estão alinhados a eles e vão pagar, vão pagar pelo desemprego, vão pagar pela irresponsabilidade, vão pagar por toda essa atrocidade cometida pelo fato de não saberem que a luta precisa estar ao lado do povo, que é este povo que move essas engrenagens do nosso País, Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Não tendo mais inscritos em liderança, suspendo, por dois minutos, a nossa sessão para acertar o ponto do som.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h08min.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 15h11min: Estão reabertos os trabalhos. Solicito à Diretoria Legislativa que proceda a chamada nominal para entrarmos na ordem do dia.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e três vereadores responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 15h22min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT) (Requerimento): Nobre Presidente, eu queria fazer um requerimento baseado no art. 21, do Regimento. (Lê.):

“Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal, no caso Márcio Bins Ely, hoje exercida pelo nobre colega Ver. Idenir Cecchim, está incluído na ordem do dia o PLE nº 013/21, Proc. nº 0601/21 – SEI nº 118.00184/2021-14, que trata do pedido de autorização do Poder Executivo para promover medida de desestatização da sociedade de economia mista Companhia Carris Porto-Alegrense. Mais especificamente, o prefeito solicita a concordância desta Casa Legislativa, conforme art. 1º, referido no PLE, para alienar ou transferir, total ou parcialmente, a sociedade, os seus ativos, a participação societária, direta ou indireta, inclusive o controle acionário, transformar, fundir, cindir, incorporar, liquidar, dissolver, extinguir ou desativar, parcial ou totalmente, a Carris, por quaisquer das formas de desestatização estabelecidas na legislação pátria, e alienar ou transferir os direitos que assegurem, diretamente ou através de controladas, e preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger maioria dos administradores da sociedade, assim como alienar ou transferir as participações minoritárias diretas ou indiretas do seu capital social. Vale-se que o Executivo acorre a esta Câmara buscando uma aquiescência para uma variedade de ações visando a desestatização da companhia de forma genérica e sem qualquer especificação de qual medida será aplicada efetivamente, meu nobre colega Ver. Ruas, líder da oposição. Os vereadores e as vereadoras que subscrevem o presente requerimento vêm solicitar à presidência desta Casa Legislativa a manifestação acerca do referido PLE, que está infringindo tanto a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, como as leis federais Lei nº 6.404/76 e Lei nº 13.303/2016, por se tratar de uma sociedade de economia mista, conforme destaca-se abaixo. No tocante à Lei Orgânica, o projeto de lei fere especificamente o previsto no inc. II, do art. 21, que dispõe: "Artigo nº 21 – Dependem de lei específica: ...II – a alienação do controle acionário da sociedade de economia mista". Ora, Presidente, como já citado anteriormente, as autorizações contidas nos artigos do PLE são genéricas e não específicas, incorrendo em franco desrespeito ao ordenamento municipal. No que tange à referida legislação federal, vê-se igualmente o potencial desrespeito ao previsto, uma vez que existe previsão de lei específica quando se pretende extinguir, liquidar uma sociedade de economia mista. E, concluindo, Presidente, em sendo assim, para que a tramitação não fique eivada de vício de constitucionalidade legal, com base na letra "m", do § 1º, do art. 94, do Regimento, requeremos juntada de parecer da douta Procuradoria, uma análise sobre se há ou não conflito, como determinado na Lei nº 6.404/76, como na Lei nº 13.313/2016 e na Lei Orgânica Municipal. Além disso, se confirmados os conflitos legais, que se proceda à devolução do projeto de lei ao autor, a fim de que, se desejar, apresente novo projeto adequando aos ditames legais. Assinam o Ver. Pedro Ruas, líder

da oposição; este vereador, líder da bancada do PT; a Ver.^a Bruna Rodrigues, líder da bancada do PCdoB; o Ver. Roberto Robaina, líder da bancada do PSOL; e os demais colegas vereadores e vereadores da oposição.” Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, vereadores. Eu reconheço a luta de vossas excelências, mas devo indeferir, de pronto, pois o mesmo projeto passou pela Procuradoria da Casa e pela Comissão de Constituição e Justiça. Em respeito a essas instâncias que nós temos no Parlamento, está indeferido o requerimento.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidente, faço questão de salientar que, na ocasião em que a Procuradoria deu o parecer, ela não se baseou nas leis da S.A. Por isso nós estamos apontando um vício de inconstitucionalidade do projeto de lei. Por isso é importante que a Procuradoria se manifeste sobre o caso.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Da lei da S.A., eu entendo um pouco porque faço parte de uma S. A. Quem decide isso é a assembleia dos acionistas. Então, também esse argumento, lamentavelmente, não dá.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Apenas para reforçar o argumento, aqui, Presidente, agradecendo a atenção de V. Exa., é no sentido de que, sendo S. A. é diferente o rito. Quando foi considerado pela Procuradoria e pela Comissão de Justiça, não havia esse aspecto salientado; sequer nós fizemos esse registro, anteriormente. E esse registro é feito agora; é nesse sentido. Obrigado.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Fica registrado, vereador, para que o procurador se atente na próxima vez, mas certamente ele leu com toda atenção. Obrigado. Continuando, em discussão projeto.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;

encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0601/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 013/21, que autoriza o Poder Executivo do Município de Porto Alegre a promover medida de desestatização da Sociedade de Economia Mista Companhia Carris Porto-Alegrense (CARRIS). **(SEI 118.00184/2021-14)**

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Felipe Camozzato: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observações:

- com Emendas nºs 01 e 02 (destacadas), do Ver. Aldacir Oliboni (líder da Bancada do PT);
- incluído na Ordem do Dia em 23-08-21 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em discussão o PLE nº 013/21. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Sr. Presidente dos trabalhos, ilustre Ver. Idenir Cecchim; vereadoras e vereadores, público que nos dá a honra da presença, representantes das centrais sindicais, trabalhadoras e trabalhadores da Carris. O que nós vamos votar hoje, e eu digo isso com o maior respeito, é uma verdadeira agressão a Porto Alegre. Eu explico: eu sou nascido e criado nesta cidade, este é meu sétimo mandato, e sei que os símbolos da nossa cidade são o Laçador, o pôr do sol e a Carris. A Carris! São 149 anos de uma história brilhante! Quando havia ainda muitas empresas públicas de transporte coletivo no Brasil, reiteradamente a Carris ganhou a distinção de ser a melhor do Brasil. Mesmo depois que só havia a Carris praticamente como empresa pública, a Carris ganhou a distinção, Ver.^a Daiana, de melhor empresa de transporte coletivo do Brasil, entre públicas e privadas. É dessa empresa que estamos falando. Uma empresa que, lá no século XIX, começou com pequenos caixotes puxados por burricos, e depois teve os bondes e os trólebus - aliás, abrindo um parêntese, na oficina dos bondes da Carris trabalhava um dos orgulhos do Rio Grande: o grande Lupicínio Rodrigues -, e finalmente os ônibus. Nós, na nossa vida, e também quando olhamos ao redor, se uma pessoa está doente, ninguém diz assim: "manda matar", vamos tratar a pessoa, vamos dar remédios, vamos levar para o hospital. Há algum problema com a Carris? Empresa pública não tem que ser superavitária, não é para dar lucro. Mas há algum problema de uma sangria excessiva? Um déficit absurdo? Tem. Mas, então, o prefeito nos chame e nós vamos discutir esse assunto. O que dá para fazer? Onde pode se mexer? O que pode se mudar? Eu já digo a primeira coisa: é acabar com os cargos de confiança. É a primeira coisa! Começa extinguindo os CCs. Vocês vão ver que a economia isso dá para a Carris. Pois bem, Max, Rosângela, Weber, amigas e amigos, vejam bem! Vamos discutir! Nós, da oposição, não estamos intransigentes quanto à mudança na Carris. Mudanças na Carris pública podem acontecer, e nós vamos apoiar, vamos trabalhar juntos. O que nós não podemos admitir é que uma empresa que há 150 anos é de Porto Alegre simplesmente vá para mãos privadas. Não vamos admitir isso. Não vamos admitir! Nós vamos lutar aqui, lutar na justiça, nós vamos lutar onde for necessário, porque nós não estamos lutando apenas por nós, e nem só pelos trabalhadores - que já mereceriam essa luta e esse combate -, mas nós lutamos por Porto Alegre, porque esse patrimônio é do povo de Porto Alegre! Esse patrimônio é público, é do povo; não é do governante de plantão! Não é para o governante, depois, vender, liquidar, transferir. Não pode fazer assim! Não é qualquer um que pode fazer assim! A não ser que consultasse o povo inteiro. Ora, são 150 anos de uma história. E o único argumento - único! - que ouvi até agora foi que está dando prejuízo. Mas vamos ver

onde está o prejuízo! E vamos estancar esse prejuízo, vamos trabalhar juntos! Nós estamos dispostos a isso! Agora, mantendo a Carris pública! Mantendo as trabalhadoras e os trabalhadores nas suas funções públicas, com a exigência que nós temos, claro, dos concursos, enfim, com a exigência que temos de uma empresa adequada, uma empresa correta, séria, com certeza. O que não se admite é que, por exemplo, há três meses, a Trevo disse que não tinha combustível e parou de circular e fazer sozinha. Quem foi cobrir? A Carris! Quem sempre cobre é a Carris! É a balizadora do sistema, a garantia do povo. O povo tem a garantia de que vai poder ir e vir sempre porque existe a Carris. No dia em que a Carris também estiver nas mãos privadas, o povo perde essa garantia. Porque se eles resolvem fazer um nocaute por aumento de tarifa, como as empresas privadas fazem, porque essa ATP, com todo o respeito, Sr. Presidente, é uma verdadeira máfia. É uma verdadeira máfia a ATP! Esses empresários de ônibus no transporte coletivo agem como mafiosos; e querem pegar a empresa que dá garantia para o povo, que é a Carris. Por isso, Sr. Presidente, vereadoras, vereadores, público que nos assiste, nós estamos nessa cruzada cívica. Nós não admitimos, não aceitamos que Porto Alegre perca o seu símbolo, o seu grande patrimônio em transporte coletivo, que é a Companhia Carris. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLE nº 013/21.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente dos trabalhos, Ver. Idenir Cecchim; colegas vereadores e vereadoras. Tirei a máscara para ficar mais nítida a voz. Saudando aqui os trabalhadores da Carris, os rodoviários, cidadãos e cidadãs que acompanham a nossa sessão, nesta tarde. O nosso requerimento, feito há poucos minutos, está baseado em duas leis federais que não foram cumpridas pelo governo na lei da S.A. Tanto é verdade que se nós perguntarmos ao governo se foi feita a reunião dos acionistas, não foi feita nenhuma reunião dos acionistas. Os acionistas autorizaram a liquidação da Carris? Não, senhores e senhoras. Portanto, este projeto será barrado na justiça! Este projeto, se o procurador da Casa deu parecer não se baseando nas leis da S.A., cometeu um grande equívoco, com todo o respeito que temos pelos nossos procuradores. Mas como o governo quer apressar o passo e fazer, como queria o ministro do meio ambiente do governo Bolsonaro, passar a boiada, tudo de uma vez só, por causa da pandemia, é o mesmo caminho, o mesmo trajeto está fazendo o nosso ex-colega, ex-vereador e hoje prefeito Sebastião Melo. Quem diria? Quem diria que o Melo, quando vereador desta Casa, tinha uma posição de oposição e de defesa, dentro do seu próprio partido, da não privatização, estatização ou terceirização; e hoje, comprometido com o capital, comprometido com o seu vice-prefeito, comprometido com a grande elite porto-alegrense, quer entregar tudo que é público para o privado, para ter muito, muito lucro! Essa que é a grande verdade! Quem diria, Ver. Robaina, que o patrimônio histórico de 149 anos fosse entregue dessa forma, numa liquidação

sem nexos e sem nenhum programa. Dizem eles que vão levar quatro, cinco anos para poderem não só terminar com os cobradores como também com a própria Carris. Sabemos nós que as linhas têm que ser licitadas. Mas é claro, como fez o atual governo nesse momento, enquanto estavam em greve os trabalhadores, ele fez um teste: deu para alguns empresários da cidade algumas linhas para saber se elas davam lucro. É óbvio que dão lucro! Com esse preço tão elevado como está a passagem do transporte público. Nós inclusive, Ver. Idenir Cecchim, V. Exa. é testemunha, apresentamos uma comissão para discutir todo o sistema. Todo o sistema! Porque desde a vinda dos aplicativos a vida é outra no transporte público da cidade. Agora estão largando a culpa na Carris. A Carris precisava mostrar como uma gestão eficiente e não com o número exagerado de CCs, como estão fazendo, e não com o PDV, depois da desestatização. O PDV tinha que sair antes da votação deste projeto de lei. Mas o governo tem pressa, que entregar a Carris logo - essa é a grande verdade! Lamentavelmente são projetos da capital, com um capital da extrema-direita. O que dirá o trabalhador lá da Carris, que ouviu o Melo, ao fazer uma visita em época de campanha, dizendo que não ia privatizar a Carris? E aquele cidadão trabalhador, motorista, cobrador ou não, votou no Melo! O que está na alma e na vida desse cidadão? E ele tem a maior decepção na história de sua vida. Vão achar que os políticos são mentirosos, ladrões e antiéticos. Nós temos que mostrar que na política tem espaço para a dignidade, para a luta do bem social e não esquecer os que menos ganham, os desempregados e o que mais precisam do poder público. Nós queremos, sim, buscar uma alternativa viável para que o transporte público não onere a vida do cidadão, não seja tão alto o custo quanto é em Porto Alegre. Os senhores sabem em quanto vai baixar a passagem com esses três projetos de lei da mobilidade? Segundo o governo, vai baixar apenas R\$ 0,21. Lamentavelmente o governo vai continuar subsidiando o transporte público, onerando a população e demitindo 3.500 cobradores e mais dois mil trabalhadores da Carris. Não à privatização! E sim pela dignidade do povo e dos trabalhadores de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra para discutir o PLE nº 013/21.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Boa tarde aos meus colegas, boa tarde ao vereador que comanda os trabalhos hoje, Ver. Idenir Cecchim, boa tarde aos trabalhadores e trabalhadoras que, com muita luta, garantiram a sua entrada neste plenário. Eu quero dizer que isso não é um favor, se esta é a Casa do Povo, esta Casa deveria estar lotada de povo. E, infelizmente, a gente precisa garantir, com muita luta, que a gente tenha essa representação, mesmo que pequena, aqui! Eu, mais uma vez, fiz isso na última sessão, mas quero hoje, aqui, não só saudá-los, mas também agradecer. Eu sou de uma geração que utilizou o transporte público durante toda a adolescência e a vida adulta. Portanto, sou fruto de uma política pública de transporte coletivo. E o rolê da minha adolescência era pegar o T3 às 15h, depois que nós saíamos

da escola, porque o T3, Ver. Cecchim, era um ônibus que tinha ar-condicionado, era um ônibus limpo, que nós sabíamos que passava no horário e que nós podíamos ir e voltar, pois a segurança ali estava garantida.

Na semana passada nós tivemos um triste episódio, que foi a retirada dos cobradores. E hoje nós estamos aqui enfrentando essa pauta, que é o fim da Carris, dessa empresa que garante muito orgulho para a cidade de Porto Alegre e que podia ser o ponto de partida de uma transformação da modalidade de transporte coletivo aqui em Porto Alegre, mas, infelizmente, temos um Executivo comprometido com as elites desta cidade e não com o povo que utiliza o transporte, não com o povo trabalhador. Nós estivemos com o prefeito há um mês, e parte da discussão com o prefeito era dar uma oportunidade para essa empresa que vem sendo sucateada ao longo de muitas gestões, que tem enfrentado uma estrutura interna com muita dificuldade, não por parte dos trabalhadores, mas por parte dos próprios governos, os quais o prefeito conhece muito bem. Então nós sabemos que o problema da Carris não é um problema do trabalhador, é um problema da gestão que o prefeito Melo não quis enfrentar infelizmente, e que vai sofrer as consequências, daqui a poucos anos, ano que vem ou no próximo, enfrentar novamente essa pauta do transporte coletivo, porque não é a solução acabar com a Carris, muito pelo contrário, é a ampliação do problema que vai contar com a pactuação de muitos dos vereadores desta Casa. Marquem os vereadores e vereadoras que vão votar hoje com o governo. Marquem não só para que vocês tenham ciência e divulguem quem anda lado a lado com vocês, mas marquem também porque boa parte deles caminha nas nossas comunidades durante o período eleitoral. Eu sou lá da Cruzeiro, tem trabalhadores aqui que também são da minha comunidade e a gente sabe que a gente encontra eles no período eleitoral. E que a gente cobre com muita severidade porque vir aqui vender o trabalho, vender a vida e a dignidade do povo de Porto Alegre não é algo que nós pactuamos. A nossa bancada, a bancada do PCdoB, que é composta por duas mulheres, duas mulheres negras, uma do Morro Santana e a outra da Cruzeiro, sabe que o transporte coletivo, um transporte de qualidade qualifica a vida das pessoas. É muito melhor tu teres um transporte qualificado que te leve e que te traga em segurança para casa do que um transporte sucateado, um transporte caro, um transporte sujo que não garante nem a tabela. É para essa iniciativa privada que o prefeito Melo está entregando o nosso transporte público. E nós, aqui, infelizmente, garantimos a resistência, mas não garantimos a reversão desse projeto. Eu tenho uma certeza para dizer para vocês hoje aqui: a oposição vai lutar minuto a minuto para que o governo tenha a possibilidade de até o fim desta sessão reverter essa decisão e a gente poder rediscutir, ter a oportunidade de rediscutir um projeto dessa magnitude que impacta, Ver. Cecchim, a cidade, de forma muito negativa.

Nós vivenciamos uma pandemia que aprofundou a desigualdade, que aprofundou a situação da fome. Com o aumento do desemprego, e a Carris vai, sim, fazer parte desse processo, nós vamos ser, logo, a cidade dos miseráveis. Nós não tivemos nenhuma medida eficiente no governo Marchezan, e infelizmente o governo Melo tem sido continuidade desse projeto. Nós estamos sendo resistência a esse projeto e eu conto aqui com a sensibilidade de cada vereador e de cada vereadora, porque ainda

dá tempo, afinal de contas nós estamos iniciando o processo de discussão, teremos uma série de emendas importantíssimas que podem atenuar esse projeto. Ver. Cecchim, eu conto com a sua honestidade e tranquilidade no guiar esse projeto e a votação até o final para que todas as falas sejam garantidas, para que as manifestações sejam respeitadas, afinal de contas, quando se trata da vida das pessoas, nós precisamos garantir a manifestação. (Palmas.) Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para discutir o PLE nº 013/21.

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Está contando tempo, vereador.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Não, estou esperando a manifestação. Vou começar agora. Boa tarde, Presidente, boa tarde colegas vereadores e vereadoras. É importante que a população de Porto Alegre saiba como morre a democracia. Aqui nesta Casa é simbólico o que nós estamos vendo, é simbólico desta administração do prefeito Sebastião Melo e é simbólico do nosso País neste momento de rupturas democráticas. Hoje estamos decidindo o destino de centenas de trabalhadores e trabalhadoras da Carris, vidas que terão um impacto direto a partir de uma decisão de poucos votos, de 36 vereadores e vereadoras. São milhares de pessoas, se nós consideramos famílias, amigos, pessoas que defendem e dependem da renda desses trabalhadores e trabalhadoras dessa empresa, dessa companhia sesquicentenária tão importante e relevante para a nossa cidade. Enquanto os trabalhadores e trabalhadoras da Carris estão apreensivos, há meses sob estresse, passaram pela covid-19, perderam colegas, muitos tiveram que se afastar, tiveram que pedir atestados médicos porque estão até agora passando por fisioterapia, estão afastados do seu trabalho, nesta Casa a pequena elite de Porto Alegre decide o destino dessas pessoas. E o pior, sem a presença de vários vereadores e vereadoras que optaram por votar de forma remota e não estarem aqui, presencialmente, fazendo o debate. (Manifestações nas galerias.) Não podemos aceitar que apertar botões, declarar um voto possa ter o impacto que terá a decisão de muitos desta Casa. Não podemos aceitar que um projeto que vem de forma açodada, de forma agressiva, se utilizando do pretexto da covid-19 para proibir o acesso da totalidade das vagas que temos aqui nesta Casa. Não podemos aceitar que todos os projetos-bomba que vem do prefeito Sebastião Melo sejam

colocados logo no arranque, porque isso é uma estratégia de guerra, é a guerra relâmpago: coloca todas as pautas-bomba num curto espaço de tempo, sem a possibilidade da presença do povo na Casa para que ele consiga aprovar sem qualquer tipo de pressão e com a tranquilidade que estamos vendo hoje neste espaço que é a Casa do Povo. Os vereadores e vereadoras que votarão no dia de hoje deveriam estar aqui debatendo, tensionando, observando, olho no olho desses trabalhadores e trabalhadoras que estão aqui em pequena quantidade, pois foram proibidos de entrar na sua totalidade. Nós faremos o combate e o combate será travado nesta Casa. Nós, da bancada do Partido dos Trabalhadores, do PSOL, do PCdoB, a bancada de oposição, estará combativa e lutará, e teremos uma vitória no dia de hoje, se tudo der certo. Mas que fique de memória, que fique de lembrança como está acontecendo na nossa cidade, no nosso Estado e no nosso País a partir dos políticos eleitos na última eleição e em 2018: é uma patrula que odeia os trabalhadores, é uma patrula que quer retirar absolutamente todos os direitos de todos os trabalhadores e trabalhadoras, independente se são do serviço público ou da iniciativa privada. É o mesmo rolo compressor que ataca hoje a Carris, que ontem atacou os cobradores e cobradoras, que antes atacou a nossa Procempa, que também ataca a reforma da Previdência, que faz o salário mínimo estar congelado, gasolina a R\$ 7,00, desemprego em 15%, inflação a 10%. É esse mesmo projeto genocida que agora ataca a nossa empresa, a nossa Companhia Carris. Estaremos de pé nessa boa luta, e que a população de Porto Alegre fique atenta e não retroceda frente a esses ataques àquilo que é público, porque toda a nossa população sofrerá as consequências. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para discutir o PLE nº 013/21.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde todos e todas. Subo a esta tribuna também bastante cansada, pessoal, de a gente vir aqui trazer argumentos técnicos, argumentos políticos, fazer a nossa mobilização, disputar a opinião pública da importância de qualificarmos o nosso sistema, e novamente a gente se defrontar com uma barreira que é esse governo que tem muita dificuldade de constituir sínteses e alternativas reais para o problema da crise do transporte que a gente sabe muito bem, não tem nada a ver com a existência de uma empresa pública de 149 anos, duas vezes premiada como a melhor empresa do Brasil, uma empresa que cumpriu um papel fundamental em meio à pandemia da covid-19, suprimindo aquelas linhas que as empresas privadas, de forma unilateral, romperam os contratos e avisaram a EPTC depois, deixando nosso povo na mão num dos piores momentos que a nossa cidade já enfrentou, que foi a pandemia da covid-19. É dessa empresa que nós estamos falando, e é dessa lógica privada, privatista, liberal, inconsequente, irresponsável, que coloca o

lucro acima da vida, e é essa empresa que nós vamos premiar ao privatizar a Companhia Carris. Todos nós sabemos que hoje o Município, de forma ilegal, ainda não assumiu a gestão do sistema. O principal problema hoje da crise é a gestão privada. Como a gente vai dizer que estamos com problema de financiamento do sistema sendo que a Prefeitura não tem condições, hoje, de dizer quanto a Associação dos Transportadores Privados - ATP - arrecada mensalmente em tarifa que é paga pelo cidadão na roleta? Como podemos dizer que estamos vivenciando uma crise se a Prefeitura hoje não tem acesso aos dados, não tem transparência e não vem se preocupando muito em resolver esse problema de natureza da crise. A Prefeitura pediu um prazo de até dois meses para assumir a gestão do sistema, e a questão que fica é: por que privatizar a Carris com tanta pressa, sendo que daqui a dois meses a gente vai ter a real dimensão da crise do sistema tarifário? Qual é a necessidade de fazer essa privatização deixando mais famílias porto-alegrenses, para além dos cobradores - que foi votado quarta-feira passada -, deixar mais famílias em situação de vulnerabilidade, sem saber o que vai acontecer no mês que vem, sem conseguir se planejar, sem conseguir ter prognóstico. Qual a necessidade de seguir passando pano para a máfia da ATP? É esse o nosso questionamento desde abril até agora. (Manifestações nas galerias.) Desde abril nós estamos solicitando o estudo de impacto técnico que coloca a necessidade da privatização da empresa e até agora nós não recebemos, e está aqui o Ver. Cassiá, presidente da CUTHAB, até agora não foi encaminhado o estudo de impacto técnico da privatização da empresa, até agora nós não conseguimos acessar quanto de investimento vem entrando dentro dos cofres privados da ATP que poderia estar sendo revertido em mobilidade urbana, em modicidade tarifária, em qualificação do nosso transporte. Até agora o governo não explicou qual é a contrapartida para a população. A tabela horária pré-pandemia vai retornar? As linhas que foram extintas durante a pandemia vão retornar? Como a gente vai ter uma qualificação do nosso transporte público promovendo mais desemprego, promovendo mais precarização, retirando os cobradores, e privatizando hoje a única empresa que nos permite ter um patamar de comparação, que é a empresa pública Carris, dando de mão beijada para o setor privado? São esses os questionamentos que fazem a gente ficar cansado com esse papinho de diálogo, mas de fato não tem nenhuma síntese. O movimento elaborou propostas concretas que a gente apresentou na segunda-feira para o secretário de mobilidade urbana, Záchia, isso não foi novamente considerado na mesa de negociação, foi uma perda de tempo, e eu também me indigno muito com aqueles e aquelas que dizem que isso daqui é a Casa do povo. Deixou de ser a Casa do povo há muito tempo, companheiros. O povo está lá fora, o povo não está conseguindo nem assistir às votações que são feitas aqui dentro. Essa legislatura que foi eleita é uma legislatura muito irresponsável, muito elitista, e fica o questionamento também: quanto essas campanhas que permitiram esse descaso aqui dentro receberam de recurso da ATP? Quanto? Quem financiou essas campanhas? Por que esse voto está tão amarrado e como é que a gente consegue combater isso? Acho que essa é a tarefa. Não estamos derrotados, companheiros, a gente vai seguir a campanha, o problema da crise do transporte vai continuar, não tem como se resolver com essas propostas que o Melo está trazendo. Infelizmente, quem vai pagar por isso novamente vai ser a população de Porto

Alegre. Mas a revolta para nós é muito interessante: nós não queremos um povo cordial, nós não queremos um povo cordeiro, nós queremos um povo que se indigna e faça valer sua força pelas suas próprias mãos, sem depender de político nenhum.

(Não revisado pela oradora.)

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Laura Sito está com a palavra para discutir o PLE nº 013/21.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Boa tarde, Presidente em exercício, Ver. Idenir Cecchim, boa tarde aos colegas, e, especialmente, um forte abraço aos trabalhadores e trabalhadoras da Carris que vêm bravamente resistindo não só em defesa da empresa, mas em defesa do patrimônio público da nossa cidade. Essa luta representa muito mais do que a defesa da Carris em si, é simbólico do momento que nós vivemos. Ontem todos nós testemunhamos a flogagem geral da República no 7 de setembro e ela foi um sinal de que o passeio liberal está com os dias contados. Não haverá espaço no próximo período para essa agenda perversa, regressiva, destruidora dos direitos e do patrimônio público. O debate que fazemos sobre a privatização da Carris é uma farsa, porque é fato que nós estamos diante de uma crise do transporte, ninguém discorda disso, mas também é verdade que 75% das linhas que operam em Porto Alegre estão nas mãos da iniciativa privada. Portanto, trazer o tema da Carris como se ele fosse uma das partes de solução do problema do transporte é desonesto, não é verdadeiro, e isso nós precisamos mostrar, nós precisamos falar a verdade para a população de Porto Alegre. Privatizar a Carris não resolverá o problema do sistema de transporte de Porto Alegre, talvez pelo contrário. Triste que os nossos colegas não estejam plenos neste plenário para debater na frente dos trabalhadores e trabalhadoras da Carris, estejam *on-line*, porque poder dialogar com a galeria aberta, olhando no olho de cada trabalhador que apesar da má gestão da Carris de anos mantém essa empresa em pé e sendo um trabalho de qualidade, uma empresa de qualidade, é fundamental; é fundamental para debater algo tão profundo olhar nos olhos daqueles e daquelas que sustentam essa empresa. O problema do transporte em Porto Alegre está relacionado principalmente ao desemprego. Nós tivemos uma profunda transformação no mundo do trabalho com o aprofundamento da crise econômica que vivemos no Brasil, com a precarização das relações de trabalho, com o próprio preço do combustível que está quase R\$ 7,00, com os novos aplicativos. Portanto, a solução não perpassa simplesmente por fechar uma empresa que é capaz, inclusive, de cumprir um papel regulador no sistema de transporte do município de Porto Alegre. Nós não podemos ignorar também, como perfeitamente bem colocou aqui a Ver.^a Karen os problemas do sistema de transporte, nós não podemos ignorar nesse debate o papel das empresas privadas. São as empresas privadas que não cumprem nem a licitação e tampouco estão em dia com a Prefeitura. A Carris está praticamente em dia com o pagamento da taxa de

administração da EPTC, enquanto os consórcios privados somam um déficit que ultrapassa R\$ 42 milhões. A Prefeitura reclama dos repasses que faz à Carris, mas não computa a dívida dos consórcios privados e não fala dos pagamentos de mais de R\$ 39 milhões aprovados por esta Casa aos consórcios privados. Se a Carris recebesse esse valor de subsídio que foi passado à operação das empresas privadas, certamente teria melhores condições de operação. É um absurdo que façamos nesta Casa o debate de forma compartimentada. Pior ainda: é só a oposição usando a tribuna para dizer por que vai votar "não"; eu queria que o governo viesse aqui dizer na frente dos trabalhadores porque pretende votar "sim" à privatização da Carris. Fica, para mim, cada vez mais evidente que simples raciocínios contábeis são incapazes de sustentar o voto "sim" frente à destruição de uma empresa de mais de 150 anos. Eu lembro que as empresas privadas inclusive puderam aderir nesse período de pandemia, ao programa emergencial de incentivos do Governo Federal, e a Carris, por sua natureza pública, não pode aderir, inclusive somando aí os déficits e as linhas que as empresas privadas não queriam ocupar. Foi a Carris que segurou as pontas do transporte público de Porto Alegre ao longo desse período. Eu queria que pudéssemos fazer esse debate tão sério com muita verdade, um debate franco onde as pessoas pudessem vir aqui e expusessem as suas opiniões, as suas visões minoritárias na cidade de Porto Alegre. Muitos vereadores liberais ou pseudoliberais vêm aqui e dizem: "Nós ganhamos a eleição, o Sebastião foi eleito prefeito dizendo que ia acabar com a Carris". Isso não é verdade! Lembro bem de entrevistas do nosso prefeito Sebastião Melo que dizia que ia experimentar várias alternativas, entre elas, talvez, por último, a privatização. O que nos pedem aqui é um cheque em branco para acabar com patrimônio da nossa cidade. Destruir a Carris é um crime que só serve aos interesses do setor privado, aos interesses econômicos do setor privado, um crime que ignora a população de Porto Alegre, que destrói a melhor empresa de transporte atual na cidade. Muitos colegas aqui talvez não andem de ônibus, mas quem anda de ônibus sabe a qualidade do serviço ofertado pela Carris.

(Não revisado pela oradora.)

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para discutir o PLE nº 013/21.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Obrigado, Presidente Cecchim. Cumprimento os colegas vereadores, cumprimento o público está aqui hoje na Câmara e também quem nos assiste. Quero fazer, primeiro, uma saudação à coragem deste governo em encaminhar essa proposta. Eu não lembro na verdade de ter iniciado essa discussão, Ver. Cecchim, nesta legislatura. Estou vereador há cinco anos e há cinco anos debatemos privatização da Carris. Com maior concordância ou maior discordância, mas essa não é uma novidade aqui neste Parlamento. Aliás, os vereadores já muito debateram o tema em rádio, TV, audiências públicas, reuniões de comissões, os mais

diversos colegiados pela cidade, e também em campanha política, campanha eleitoral. O debate de privatizações é um debate interessante, particularmente me interessa muito enquanto parlamentar do NOVO porque o NOVO tem a convicção de que estatal não deveria existir. O NOVO defende a privatização de todas as estatais porque nós entendemos que estatais fazem mal, porque elas têm uma legislação que as torna, obrigatoriamente, ineficientes. No Brasil uma estatal eficiente é proibida por lei porque precisa contratar por concurso público e depois não consegue demitir, precisa comprar por licitação, e aí cada vez que tem uma licitação é uma marca diferente, são múltiplos estoques, é ineficiência de preços. Além disso, estatais no Brasil são controladas por políticos, e nós odiamos quando os políticos se envolvem em gestão. Mas naturalmente as estatais são controladas por políticos, então é uma coisa até meio curiosa: o brasileiro que tanto rejeita políticos, e a gente viu vereadores fazendo esse discurso, quererem manter estatais nas mãos dos políticos. São quase meio bilhão de prejuízo acumulados na nossa Carris.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Presidente, gostaria que garantisse meu tempo. Não consigo me manifestar.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Tem vereador na tribuna. Estou descontando o tempo. Tem mais um minuto, vereador.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Obrigado. São quase meio bilhão de reais em prejuízos acumulados nos últimos 10 anos. São 21% a mais de custo operacional que incidem em maior valor da tarifa. Quem vota a favor está votando por menor tarifa, está votando por mais eficiência, e o mais interessante é que o próprio PT, PSOL e PCdoB apoiaram o programa nacional de desestatizações durante o governo Lula e Dilma, que privatizou bancos, aeroportos, privatizou empresas de energia. Ou seja, é só uma jogada política que nós vemos aqui hoje. Por último, àqueles que estão criticando CCs, eu digo: deem o exemplo. O NOVO fala sobre austeridade no uso de verbas e eu fui o vereador mais econômico na legislatura passada, agora tem vereador que sobe aqui para falar de CCs, mas não abre mão dos seus CCs. Eu convido a oposição a abrir mão de seus CCs, e dar exemplo, aí sim poderia dizer que redução de CCs impactaria em resultado, Presidente. Obrigado. É um prazer debater esse tema com todos vocês.

(Não revisado pelo orador.)

Vereadora Comandante Nádia (DEM): Uma questão de ordem, presidente. Quando um vereador, seja de oposição, seja independente, seja da base, estiver na tribuna, ele tem legitimidade, ele foi eleito para estar aqui dentro e fazer o seu

pronunciamento de acordo com a liberdade de expressão que essa pessoa tem. Eu tenho certeza que depois de todas as manifestações...

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Tem vereadora no microfone, por favor! Eu não quero pedir...

Vereadora Comandante Nádia (DEM): Ver. Jonas, se acalme.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Por favor, quando tem vereador na tribuna ou no microfone, por favor!

(Manifestações nas galerias.)

Vereadora Comandante Nádia (DEM): Vereador Jonas, o Ver. Oliboni leu duas páginas e não era questão de ordem, então o senhor se acalme, tome Rivotril. Gostaria de solicitar, presidente, que o senhor garantisse a palavra...

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Se não permitirem... Por favor, eu não quero precisar tirar...

Vereadora Comandante Nádia (DEM): Eu quero concluir, já que nem estou conseguindo concluir a questão de ordem. Enquanto um vereador está discursando na tribuna, a galeria não pode se manifestar. E eles se manifestam, como o senhor fez na última sessão. Após a fala do vereador, pode vaiar, pode gritar. Mas enquanto o vereador estiver na tribuna, impossível de o vereador tentar se expressar para poder conversar e aí não dá. E eu peço para os vereadores da oposição que conversem como pessoal dos rodoviários, para que ajudem nessa situação.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Eu quero combinar. Olha, se não derem condições para os vereadores na tribuna, por favor.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Presidente Cecchim, eu queria fazer um apelo para vocês. Nós sabemos a relação de forças da Câmara, vocês, os vereadores do governo, que estão votando em tudo que Melo apresenta na Câmara de Vereadores. A vice-líder do governo, vice-líder?

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Está de líder hoje.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Eu estava tentando descobrir o que a Comandante Nádia comanda. É o governo Melo. O que eu queria dizer, o que eu queria dizer, vereadora, o pessoal da Carris não incomoda o meu raciocínio, mas a Ver.^a Nádia, eu gostaria que ela me escutasse, ao invés de ficar tentando atrapalhar a minha intervenção. Por que eu quero fazer um apelo para vocês? Nós estamos aqui com as galerias vazias, praticamente, vazias, porque se os rodoviários, se a família rodoviária pudesse entrar, esse plenário ia ser ensurdecedor. Porque ninguém fica calado, quando tratam de aprovar projetos que são contra os seus interesses. Então o pessoal está bastante tranquilo, e o Presidente está conduzindo bem. Então o que eu vou apelar é que a gente não faça ameaças de tirar ninguém à força, o Presidente tem que seguir tratando de conduzir da melhor forma possível. Mas é impossível que vocês peçam para as pessoas escutarem quietas qualquer barbaridade falada por vereadores aqui, que não se preocupam com a categoria rodoviário. Então esse é o meu apelo.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Ver. Robaina, Ver. Robaina, sem dúvida nenhuma, a assistência, os convidados, que estão aqui convidados e estão se portando de acordo, eles podem ouvir, devem ouvir e podem aplaudir ou vaiar qualquer vereador. Mas permitam que o vereador faça uso da sua palavra na tribuna. Vamos combinar isso, vamos combinar, que depois que o vereador fala, cada um aplaude ou vaia, sem problema nenhum. O Ver. Oliboni está com a palavra.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidente, queria também, em nome da bancada do PT, propor alguma coisa nesse sentido. Quando o Ver. Camozzato fala, é sempre assim, ele ofende tanto as pessoas, que acaba tendo uma reação. Ora, é lamentável que ele não queira ouvir algo que contraponha à fala dele, é natural. Vossa Excelência, Presidente, deu um tempo para ele, como deu para aqueles cidadãos, trabalhadores, que estão aqui. Então, quando acontece isso, o senhor ajuda uma forma correta, deixou a manifestação acontecer, e depois descontou o tempo. Vamos com calma, estão passando o "rolo compressor". Lá fora, Cecchim, tem mais mil pessoas na chuva e têm que ficar lá fora. Nós aqui poderíamos botar muito mais gente, mas com acordo aqui veio muito pouca a gente para se manifestar. Essas pessoas estão perdendo o emprego, Cecchim, vamos com calma, deixa as pessoas se manifestarem, por favor. Muito obrigado.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Está registrado. A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra.

Vereadora Mônica Leal (PP): Presidente, eu assisti desde o início, estou observando todas as manifestações, e nenhum dos vereadores, da base do governo, ofenderam ou incitaram a violência aqui, o contrário aconteceu nesta tribuna, sobre uma fala dizendo para marcarem e os vereadores que votarem a favor da Carris, e também, e também, fomos chamados de irresponsáveis. Eu não me sinto irresponsável, nem tampouco estamos aqui brincando de votar em projeto, e tampouco todos os projetos, do

governo Melo, que vêm para cá se vota a cabresto. Tanto que eu votei contra a retirada dos cobradores. Agora, o que é inadmissível é alguém subir à tribuna e não conseguir falar por manifestações desrespeitosas. As pessoas têm que ficarem quietas, escutarem, e após a manifestação do vereador, podem dançar, pintar e bordar até a chegada de outro.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Vamos fazer vamos fazer um acordo aqui, todo mundo, vamos fazer um acordo para que todos, principalmente, os vereadores da oposição poderem em falar, poderem externar a sua opinião. Isso serve para os dois lados oposição e situação. Eu quero permitir o aplauso ou a vaia de vocês, sem problema nenhum. Mas depois que o vereador descer da tribuna. Combinado?

O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLE nº 013/21.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-lo, Presidente, Ver. Idenir Cecchim, quero saudar as vereadoras, os vereadores, os funcionários da Carris que estão aqui ouvindo, e tenho certeza que vão me ouvir com muita atenção, porque eu tenho dados importantes para você saberem. E isso pode ser muito importante para vocês balizar alguma questão de aplauso ou apoio ou vaias, não estamos preocupados com isso. Na realidade, desde que eu estou no quarto mandato nesta Casa, mais dois como deputado, sempre se falou que a Carris seria a balizadora dos preços da passagem, ela nunca foi, ela nunca foi. É uma empresa centenária? Sim, centenária, mas muitas coisas centenárias já acabaram. Nos últimos 10 anos, o Município aportou diretamente, via Tesouro, a quantia de R\$ 500 milhões em favor da Carris, para poder fechar as contas da empresa. Vocês não têm culpa, vocês não têm culpa, ninguém quer botar a culpa em vocês. No ano passado, e neste ano o município aportou e estima que terá e deverá aportar R\$ 6 milhões por mês à Carris, para mantê-la. Vocês não têm culpa disso, vocês não têm nenhuma culpa. A Carris possui o custo total de 21% maior que o das empresas privadas; sendo que o pessoal um custo superior a 12%; com combustível gasta 27% a mais de combustível por quilômetro rodado. O impacto da Carris na tarifa pode chegar a 0,20% - parece que é insignificante -, mas todo o pacote que nós estamos botando aqui, da mobilidade urbana, vai descer. Nós queremos para o trabalhador uma passagem barata. Hoje, a passagem de Porto Alegre é a mais cara do Brasil, e vocês mesmos dizem. A mais cara do Brasil! Só para vocês terem ideia, nada contra o trabalhador, mas é um aspecto, um índice, a ausência do trabalhador, no seu posto de trabalho, é superior na Carris, em relação às empresas privadas. Atualmente, há 487 funcionários afastados da Carris, representando 25% do total dos ativos. Que, de acordo com a auditoria, 250 estão com licença médica, em média de dois anos e meio, dois anos e meio. A Carris tem um passivo - vocês não têm culpa, vocês não têm culpa - a Carris tem um passivo judicial estimado em R\$ 30 milhões, e mais as ações trabalhistas, sendo que desse valor 18 milhões já estão consolidadas. Vocês não têm culpa, vocês não têm culpa! O que é Carris arrecada, mensalmente, sequer paga a folha de pagamento dos empregados. Ou seja, o Município tem que custear parte da folha, da manutenção da frota, compra de peças, pneus, acessórios, aqueles utensílios que vocês

sabem. Parte da folha, a manutenção de frota; despesas administrativas, o combustível e a própria renovação da frota. Então, na realidade, o que eu estou dizendo para vocês são dados. O Município não pode mais carregar uma empresa centenária, que não dá mais resultado para sociedade, não dá mais resultado para o pobre, para carregar o pobre. Na realidade esta é a questão da Carris, que nós temos que discutir. Não vir aqui gritar, fazer proselitismo, não adianta nada! Essa é a realidade da Carris. Vocês não têm culpa. Mas nós, vereadores, temos que tomar que decisão, nós queremos uma passagem mais barata para a população pobre dessa cidade. E não se justifica mais a Carris dando esse prejuízo ao Município, por mês, por ano, para o cidadão porto-alegrense. Então a realidade é essa, Presidente. Eu concluo, dizendo o seguinte: só entrará em vigor - falei agora com o diretor da Carris - em final de 2022. Dará tempo de fazer toda a coordenada, não prejudicar vocês, não serão prejudicados. Mas a Carris não tem mais condições de ser uma empresa pública. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLE nº 013/21.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde, vocês sabem que eu não estou nem muito preocupado com argumentos hoje. Por uma razão muito simples, aqui não funcionam argumentos, aqui funcionam interesses econômicos. Os vereadores, que sustentam o governo Melo, estão respondendo aos interesses dos empresários, que defendem a privatização da Carris, para fazer negócios. Eu escutei o Cassiá falando, é inacreditável, a Câmara dos Vereadores, esta mesma Câmara de Vereadores, com o voto do Cassiá, votou a favor de um empréstimo para renovação da frota, para que a Carris pudesse adquirir, se não me falha a memória, 98 ônibus. Esses vereadores, que estavam na Legislatura passada, votaram a favor desse empréstimo. Por quê? Porque a Carris tinha a obrigação de cumprir a licitação, porque estava na licitação a renovação de ônibus, da frota de ônibus, mas as empresas privadas não cumprem a licitação, e fica por isso mesmo. Mas a Carris, não! Ocorre que, quando os ônibus são comprados, isso significa que aumentam, portanto, os investimentos e o passivo da Carris, então, é evidente que aumentou a dívida da Carris. Mas a dívida da Carris aumentou por conta da votação dessa Câmara de Vereadores, não por conta dos rodoviários. Foram os rodoviários que votaram o empréstimo para contratar 98 ônibus? Não, foram os vereadores, foi o prefeito. Aí se fala do déficit da Carris, mas é preciso que se diga que são de mais de 10 anos que a Carris em déficit. O MDB, como partido, e o Cecchim, líder do governo e está presidindo esta sessão, deveria ser proibido de tomar qualquer medida sobre a Carris, antes de explicar como, na sua gestão, teve e corrupção e roubo dos recursos públicos da própria Carris. Foi isso que aconteceu, não foram os rodoviários. O Cassiá tem razão, os rodoviários não foram os responsáveis pela corrupção que teve na Carris. Não foram os rodoviários que assaltaram os cofres da Carris, foi a gestão do MDB. E é o mesmo MDB, que agora da Prefeitura. "Ah! Não,

nós vamos salvar a Carris." Primeiro roubaram a Carris e depois vão dizer que salvar a Carris? Acham que estão enganando quem? Não, os rodoviários. Mas esse é um fato, esse é um fato. Eu lamento, eu lamento porque existiam possibilidades de fazer outra política. O governo anterior, inclusive, teve projetos que permitiam que se reduzisse o preço da passagem. O governo anterior, contra o qual fiz oposição. Mas na Legislatura passada, quando teve a votação de um projeto que permitia a redução do preço da passagem, só eu e o Alex Fraga, do PSOL, naquela oportunidade, votamos a favor desse projeto. Eu entendo que alguns vereadores da oposição ao Marchezan, que tenham votado contra, porque ainda não estavam acompanhando muito o debate. Mas esse projeto pode ser votado agora. Eu tenho o projeto de lei, que foi apoiado, inclusive, pelo secretário de transporte, que está aqui conosco. Um projeto de lei que reduza o preço da passagem, e reduz, substancialmente o preço da passagem. Mas esta Câmara de Vereadores não quer, de fato, discutir como reduzir o preço da passagem. Que é possível, sim, com uma taxa de mobilidade urbana, como toda a oposição propôs para o prefeito Melo, e entregou esse documento. Mas eles não querem debater! E o secretário Záchia, caso se privatiza a Carris, no dia de hoje, infelizmente, vai perder qualquer função como secretário, porque todas as suas possibilidades políticas vão estar liquidadas, porque, infelizmente, só o que vai se ter em política pública de Porto Alegre, será digitado por interesse da ATP. Aí não precisa secretário de estado, a ATP é que governa. Infelizmente, é isso que vai ocorrer com a desestruturação da Carris. Mas eu quero deixar claro, os trabalhadores, da Carris, fizeram uma greve forte, uma greve justa e forte. Essa greve não foi em vão, a base do governo que não pense que os trabalhadores da Carris vão sair daqui com a coluna quebrada, com a cabeça baixa vão sair daqui sabendo que têm que se manter unidos, que tem que, sim, dizer que quem é quem na Câmara dos Vereadores. É preciso que a população de Porto Alegre saiba quem está a serviço dos empresários, das empresas privadas e quem está a serviço do interesse público. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para discutir o PLE nº 013/21.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Boa tarde, Presidente Cecchim, primeiramente meu máximo respeito à categoria rodoviária, que, desde o ano passado, esteve diretamente exposta à covid-19, dentro dos ônibus da nossa cidade, um dos maiores vetores de transmissão dessa doença. Mas que hoje estão vendo esse discurso do abre tudo que o prefeito tem dito, desde que assumiu a gestão, não tem sentido algum. Porque o único que não pode estar aberto para a população de Porto Alegre é a Câmara de Vereadores, logo com os rodoviários, logo com os rodoviários! Isso é lamentável a Câmara fechada, votando a retirada de direitos, e sem a gente ouvir aqui, em momento algum, qual é o projeto da Prefeitura para transporte público. Isso não está respondido, não apareceu em nenhuma discussão. Porque destruir a Carris,

uma empresa de 149 anos, que tem um acúmulo na sua história que poderia nos ajudar a superar a crise do transporte público, não é projeto; extinguir cobradores sem nenhuma proposta que encaminhe, de fato, uma modernização do transporte público, não é projeto; retirar isenções que vão diminuir ainda mais o número passageiros nossa cidade; não é projeto. E aí tem dito muito que a necessidade número um é repactuação o sistema. A Prefeitura passou, todo o primeiro semestre, discutindo com os consórcios privados como repactuar o sistema, não conseguiu. E quer agora privatizar a Carris antes de repactuar o sistema? Isso é muito estranho, isso me parece uma exigência dos empresários para repactuar. Por quê? A ATP manda e desmanda na cidade. Não tem legalidade em Porto Alegre quando o assunto é ATP, não foram cumpridos os critérios da licitação anterior. Aliás, foi na licitação anterior que começou o problema, porque ela não trouxe nada de novo para nossa cidade. E temos que dizer a verdade, em 2015, quem era o vice-prefeito da cidade de Porto Alegre, conduzindo o debate da licitação? Que deixou os mesmos empresários que lucraram, por décadas, na cidade de Porto Alegre, no comando do transporte? Ou seja, só poderia dar problema só poderia dar problema, não havia outro caminho, que não fosse o colapso do sistema. Esses empresários que estão aí hoje descumprindo a lei - tem muito vereador aqui que gosta de falar da lei e da ordem. Tem que garantir a lei o tempo inteiro, menos para os empresários do transporte público de Porto Alegre. Para eles não tem lei nenhuma. Ninguém aqui vem a esta tribuna, alguns gostam de falar de números, nós estamos apresentando um monte de números aqui; possibilidades; alternativas; projetos, agora ninguém vem falar dos números que não aparecem, ano após ano, da ATP, uma caixa-preta. E aí acaba com a Carris, sem a gente olhar para aqueles que coordenam hoje a maior parte do transporte público de Porto Alegre. Sem questionar onde estão as regularidades, nós queremos saber. Esse cálculo tarifário que é apresentado, ano após ano, neste ano, nós fomos analisar os dados, fomos passar a lupa no cálculo tarifário que ATP apresenta. Tinha gasto com *blazer* de funcionário da ATP; com lanchinho da tarde com serviço de motoboy, a população de Porto Alegre está pagando para garantir um privilégio dos empresários. É isso que está acontecendo! E aí vem vereador a esta tribuna, para tentar desmoralizar os trabalhadores da Carris. Não conhecem o que é o dia a dia de um trabalhador rodoviário. É uma vida sofrida, acordar todo dia de madrugada, passar 10 horas dentro do ônibus. Isso aí gera doenças ocasionadas pelo trabalho, gera acidente, mas o Ver. Felipe Camozzato vem falar mal das estatais, dependendo do setor privado. Eu lembro muito bem de uma notícia, de algumas semanas atrás, de uma trabalhadora do setor privado, que teve que fazer xixi na calça, porque o patrão não deixava ela ir ao banheiro, é isso que acontece nas empresas privadas. Vocês não querem é direitos para os trabalhadores, não querem que o trabalhador tenha o mínimo; qualidade de vida; ter respeito no seu dia a dia de trabalho. E isso, aos trancos e barrancos, enfrentando gestões que foram desrespeitosas com o que a Carris significa para a cidade de Porto Alegre. Esses trabalhadores que estão aqui auto organizados com essas comissões de funcionários, sem apoio de sindicatos, o cidadão não vem aqui falar mal de sindicato, não estão, estão aqui organizados para, historicamente, esta empresa. E vão continuar defendendo, porque tem proposta para o

transporte. Apresentaram para o prefeito Sebastião Melo, e ele se negou. Para concluir, eu quero dizer, não tem diálogo com o Melo, sabem quando ele disse "Está decidido, vou privatizar a Carris!""? Lá na Federasul, Robaina, do lado dos empresários. Com os trabalhadores não tem diálogo nenhum. Para os empresários, tem privilégios. Esta é a cara do governo Melo, e isso precisa ficar bem nítido para a população de Porto Alegre no dia de hoje.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Comandante Nádia assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Quero solicitar que aos vereadores observem o tempo para não extrapolar.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Solicito ao diretor legislativo que proceda à chamada nominal para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Roberto Robaina.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e quatro Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Há quórum. Fico muito grata ao Ver. Roberto Robaina pela preocupação de os vereadores estarem presentes.

Ver.^a Mônica Leal, a senhora tem uma questão de ordem?

Vereadora Mônica Leal (PP): Só para meu entendimento, é que eu não tinha visto a presença dos meus dois queridos colegas, o Ver. Roberto Robaina e o Ver. Pedro Ruas, e eu não entendi como eles foram falar com a senhora. Eu queria só entender, só isso.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Pois não, Ver. Pedro Ruas.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Para a Ver.^a Mônica Leal não ficar muito angustiada, nós primeiro demos presença para o diretor, e depois falamos com Vossa Excelência.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Muito obrigada, Ver. Pedro Ruas. O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLE nº 013/21.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Boa tarde a todas e a todos os presentes, principalmente os rodoviários que estão aqui representando a categoria: Rosângela, Rafael, Weber, Max, Vitor, Floriano, Gorete, Kátia, Alessandra, Sandro, Carla, Tiago, Everton, Cíntia e Leandro, vocês representam aqui quase três mil famílias, apesar de a Mesa Diretora, que está hoje ajoelhada, infelizmente, ao governo, não abrir a Casa do Povo, pois estão faltando pessoas lá, estão sobrando cadeiras, poderia ter mais gente aqui, porque quem paga esta Casa é o povo, e vocês, do governo, têm medo do povo, vocês têm medo de quem paga o salário de vocês, R\$ 14.500,00! O salário, eles querem; o povo, não, é só na eleição, para votar, é só o título de eleitor que serve, por isso eles fogem. Eles nem passaram lá no portão, colegas rodoviários; eles não passaram no portão, eles devem ter feito um túnel para não aparecer. Essa é a realidade. Mas esse não é o fato principal neste dia fatídico, o fato principal é este aqui: “Ministério Público do Rio Grande do Sul, ex-cargo comissionado da Carris é condenado a 15 anos de reclusão por peculato e lavagem de dinheiro”. O nome do querido, o nome do ligado ao MDB, olha o nome do querido, Ivsem Gonçalves. Vocês já o viram circulando na Carris, certamente, num outro momento; agora ele não circula mais, está recluso, não circula para o bem de Porto Alegre. Aqui o nomezinho dele e a foto – foi difícil achar, foi difícil, mas nós achamos. Não era cobrador, não era rodoviário, Ver. Matheus, não era concursado, ele chegou pela mão do governo, pelo governo de direita, do Fortunati e do Melo, em que o Melo era vice! Ele era vice nessa época. Claro, o vice não assina, o vice não nomeia, não! Mas ele estava lá. Vejam aqui, seguindo: R\$ 3,2 milhões é o gasto com cargos comissionados. Presidente Maurício, para que tanto CC? Pelo amor de Deus, o que será que eles fazem? O que será que eles fazem, Maurício? Eles não dirigem os ônibus, eles não cobram passagem, o que faz uma pessoa ganhando R\$ 6 mil que nem aparece para trabalhar, presidente Maurício? Poderia explicar para nós? Venha aqui explicar, vou lhe dar um minuto, venha aqui na tribuna – é permitido? O regulamento diz que não pode. Poderia dar um minuto para ele explicar. Na realidade, eles são isso aqui, gente; eles são isso aqui. É isso que eles são. Na eleição eles são bonitos, ajeitados em pele de cordeiro. Eles foram lá na porta da Carris pedir: “Pelo amor de Deus votem em mim que eu preciso derrotar o comunismo da Manuela”. Esse aqui que apareceu lá, esse cidadão, o Tião Melo, uns conhecem como Melo, mas o Tião é conhecido, é muito conhecido na capital. E hoje o Tião está vestido de Ricardo Gomes, ele vestiu o paletó do Ricardo Gomes e está vendendo Porto Alegre. Ele não é aquele do passado, ele mudou. Basta ganhar uma eleição que as pessoas mudam, é uma modulação, uma metamorfose, transformou-se num vendilhão da cidade, e falava mal, Ver. Ramiro, na eleição, do Marchezan Júnior. Eu posso falar do Marchezan Júnior, eu posso falar, porque eu não fiz parte do governo do Marchezan. Agora, a maioria dos vereadores que estão com o Melo não podem, não podem falar da Carris, porque, fale o que quiser, a Carris está sendo vendida no governo do Melo, ele está vendendo uma empresa de 150 anos, ele está entregando o patrimônio da cidade

aos empresários, porque ele entrega dinheiro toda hora, toda hora, e não é pouco. E ele troca, aqui no plenário – é incrível a capacidade do Melo de mandar neste plenário –, ele troca vereadores! Tem vereador que estava aqui segunda-feira e agora não está mais, sumiu! Como é que pode a pessoa, num feriado, sumir, não estar aqui na quarta-feira. Tem que ter coragem para vir aqui defender a destruição de mais de dois mil empregos; tem que ter coragem, são poucos que têm coragem de subir para falar. Desafio vocês, vereadores do governo, a virem aqui explicar, usar os cinco minutos de vocês e dizer que vamos incendiar a Carris com a privatização. Tenham coragem, coragem, vereadores do governo!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para discutir o PLE nº 013/21.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Boa tarde a todos, eu quero fazer uma fala técnica aqui para ver se o pessoal concorda ou discorda daquilo que eu estou falando, e eu não me importo de vocês discordarem, mas peço que por favor prestem atenção. O que diz o inconsciente popular com relação à empresa sem fins lucrativos, como exemplo hospital filantrópico, empresa pública ou mesmo hospital de caridade? Que ela é mais barata de funcionar do que as entidades privadas, justamente porque ela não visa o lucro. Então qual argumento que vocês usam para manter a Carris como uma empresa pública? A resposta de vocês é: “Como ela é uma empresa pública, ela não visa lucro e, por isso, seria mais barato de operar”. Eu concordo que uma empresa pública não precisa dar lucro, mas uma empresa pública pode dar prejuízo? Vocês fazem parecer que a Carris, como é uma empresa pública, ajuda a reduzir o preço da passagem. Lógico, porque, na cabeça das pessoas, se não tem lucro, ela é mais barata. Mas se eu disser para vocês que hoje o preço da Carris encarece em 22% o preço da passagem, pela mesma lógica que vocês usam, não seria razoável privatizar Carris? A lógica não pode ter somente um sentido. Se ela deve existir porque é mais barato, ela deve ser privatizada se ela for tornar a passagem mais cara. Esse é o meu argumento. Ou está tudo bem a Carris deixar a passagem mais cara? Esse seria um “mais caro do bem”, que pode deixar mais caro? Além disso, se uma empresa privada tem prejuízo, isso é um problema da empresa privada; se uma empresa pública dá prejuízo quem é que paga pelo prejuízo da empresa pública? Todos os cidadãos, através do pagamento de impostos. Aí vocês me dizem: “Ah, mas isso não acontece”. Acontece, sim. Hoje, na cidade de Porto Alegre, o custo de operação da Carris é de R\$ 12 milhões. Quanto a Carris fatura por mês? R\$ 6 milhões. Então R\$ 6 milhões hoje saem do bolso do contribuinte porto-alegrense para manter a empresa pública Carris funcionando. No ano passado, o Município de Porto Alegre gastou R\$ 60 milhões no combate à pandemia, dos recursos públicos do Município de Porto Alegre; foram gastos R\$ 72 milhões só para deixar a Carris com as portas abertas. Quer dizer, é mais importante gastar com uma empresa pública de ônibus do que gastar no combate à

pandemia, no auge da pandemia? Hoje, infelizmente, é o que está acontecendo. Onde deveria ir esse dinheiro, para a saúde pública ou para manter uma empresa pública aberta?

Eu quero fazer uma fala aqui no sentido de perguntar para vocês: é função do estado ter uma empresa pública? Não, e eu explico o porquê. O serviço privado mais parecido com a função estatal na arrecadação hoje é um cassino. Um cassino precisa fazer com que um maior número de pessoas compareça ao seu empreendimento para que ele possa lucrar; tu não vês o dono de um cassino entrando na banca para apostar numa mesa de pôquer todo seu dinheiro sob a perspectiva de ganhar o lucro de uma aposta bem feita. Entretanto nós vemos o estado apostando dinheiro dos pagadores de impostos numa empresa que eventualmente pode dar lucro e eventualmente dar prejuízo. A questão é que quando o poder público tem lucro, o que acontece? Nós não somos beneficiados pelo lucro dela, mas quando uma empresa pública dá prejuízo, o que acontece? Todos nós pagamos com o nosso bolso o custeio desse prejuízo, como está acontecendo hoje com empresa Carris, a cidade de Porto Alegre desembolsa por mês R\$ 6 milhões para manter o déficit da empresa pública Carris.

Eu quero falar para vocês agora, o mais rápido possível, por que a empresa Carris dá prejuízo. Existe uma razão para a empresa pública dar prejuízo, tem dois grandes problemas para dar prejuízo. O primeiro é a lei das licitações – e eu estou falando aqui com meu coração aberto, sabendo que vou ser criticado, poderia estar quieto e só votar no final, estou justificando para vocês por que estou aqui falando neste momento. O problema da lei das licitações é que uma empresa pública precisa aprovar todas as compras a partir de uma licitação. O que acontece? No primeiro ano, ganha a licitação 10 veículos da Carris, no segundo ano ganha 20 veículos da Volvo, no terceiro ano ganha 10 veículos da Mercedes, e, para contratar a manutenção desses veículos, é necessário fazer licitação para comprar parafuso, pisca-alerta, farol e tudo mais. Isso acaba engessando o sistema de compra, encarecendo e tornando mais moroso o sistema de contratação do poder público. Então esse é o primeiro fator de ineficiência do poder público. O segundo...

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigado, Ver. Jessé...

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Vou fazer a segunda parte dessa fala na próxima oportunidade, vou falar somente da ineficiência do poder público.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada, galeria, temos uma vereadora para falar; obrigada. Solicito que mantenham o distanciamento.

A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra para discutir o PLE nº 013/21.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Obrigada, Presidenta em exercício Nádia; mais uma vez quero saudar os trabalhadores da Carris que estão aqui presentes, e em homenagem ao meu colega Ver. Jonas, eu vou iniciar falando: povo de Porto Alegre, é um absurdo! Isso é uma vergonha, tem subsídio, tem CC de sobra, Ver. Jonas, e o pior de tudo... Exatamente, nós estamos enfrentando um projeto que não teve diálogo, Ver. Jonas. Nós poderíamos estar pensando numa outra forma, porque, se o transporte fosse privado, nesse período de pandemia, me digam de que forma teria sido o atendimento à população, quando a Carris foi quem deu conta disso? É isso! O Ver. Jonas inclusive utiliza o Tri, um exemplo. Se tem subsídio, e inclusive o Ver. Robaina apresentou uma proposta aqui, e é aí que a gente vê a falta de diálogo, é aí que a gente vê quais são as prioridades. Em definitivo, vereadores, nós estamos diante de quem não quer debater. Olhar para este momento tão duro, olhar para as centenas de pessoas que não sabem nem sequer para onde vão ser encaminhadas, porque aí é que está o grande nó de toda essa questão... Nós não sabemos de que forma vai ser encaminhado esse projeto, nós estamos dando um cheque em branco para o Município a partir do momento em que a gente não sabe o que vai acontecer, não é, vereador? Nós não sabemos, então, minimamente, deveríamos utilizar transparência neste espaço. Isso é desrespeitoso com uma população, com uma empresa centenária, com os trabalhadores e com tudo que representa a Carris para esta cidade. Olhar para este momento e ver que a solução poderia estar muito próxima a partir do momento que a gente, mais uma vez digo, tem o subsídio. O debate tem que ser ampliado e, Ver.^a Nádia, fico extremamente consternada ao observar que nós nos resumimos e nos reduzimos a isto: falta de interesse do governo, falta de empatia, falta de respeito com o trabalhador e uma falta de respeito com quem conduz essa cidade, com quem, mais uma vez digo, sofreu, durante a pandemia, arriscando a vida. A gente está falando de todo um processo. Fala mais alto!

(Manifestações nas galerias.)

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): É isso, gente! Vou transmitir exatamente isso: os últimos a serem vacinados, não foram priorizados, diante da pior crise sanitária não estiveram adiante nas prioridades e agora estão sendo atacados. É por isso que nós nos colocamos aqui em defesa da Carris, do transporte público de qualidade, do povo de Porto Alegre, dos trabalhadores e daqueles que utilizam o transporte público. E assim encaminho, por respeito à população e por respeito a todos vocês é assim que nós devemos conduzir esse processo. Definitivamente, quem não consegue compreender isso é porque não entendeu nada de um processo político, é porque não reconhece a luta da Carris histórica e também porque não sabe como é sofrida a vida do trabalhador e da população que utiliza o transporte público do na capital do Estado do Rio Grande do Sul. Finalizo, vereadora.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Há mais algum vereador que queira discutir a matéria? (Pausa.) Pois não, vereador.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL) (Requerimento): Ver.^a Comandante Nádia, que preside os trabalhos na tarde de hoje, solicito o adiamento da discussão do PLE nº 013/21, por duas sessões.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Ver. Idenir Cecchim.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Pelo que eu vi, a discussão está encerrada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Ainda não. Ainda vamos apregoar algumas matérias.

Em votação o requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminha a votação da matéria.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo nossa Presidenta, Ver.^a Nádia; colegas vereadores e vereadoras, de modo especial todos os trabalhadores da Carris, rodoviários, cidadãos e cidadãs que acompanham a nossa sessão aqui nesta tarde. Eu queria que o nobre secretário de mobilidade urbana, Luiz Fernando Záchia, que está aqui no plenário pudesse ouvir a fala deste vereador. Nobre secretário, V. Exa., juntamente com o secretário de articulação política do governo, o ex-vereador Cassio Trogildo, que também estava aqui no plenário, como também o presidente da Carris, ouçam o que eu estou dizendo, nobre secretário, com todo o respeito que a gente tem pelo governo: receberam a comissão dos trabalhadores segunda-feira. Nobres secretários que aqui representam o governo, com a base do governo, foi dito pelo prefeito municipal que os trabalhadores não tinham encaminhado ainda – na semana passada, sexta-feira – uma proposta de viabilidade da Carris. Esses trabalhadores que estão aqui fizeram uma mobilização, secretário e presidente da Carris, na segunda-feira, e os senhores os receberam, por isso o requerimento do nobre colega Ver. Pedro Ruas tem lógica e tem importância, uma enorme importância, porque exatamente as propostas apresentadas pela comissão, secretário, os senhores não avaliaram, porque os senhores não responderam para a comissão, secretário. Aqui o líder do governo pode falar se realmente responderam; responderam ou não? Não responderam. Estão aqui os trabalhadores dizendo que não responderam.

Eu vou citar aqui uma, duas, três questões que estão no documento e que os senhores não responderam. Isso não é justo, porque nós estamos debatendo um projeto de lei em que o próprio prefeito disse que estava aguardando a proposta de viabilidade da Carris, essa proposta foi entregue na segunda-feira e não respondida para os trabalhadores e para o sindicato. Nós ficamos sabendo aqui, hoje, que não foi respondida. Por exemplo, a retomada do controle da pela Prefeitura, pela EPTC, da bilhetagem eletrônica e da Câmara de Compensação Tarifária – essa era uma das

propostas. Secretário, os senhores vão ter o controle pela Prefeitura, pela EPTC, da questão da bilhetagem eletrônica da Câmara de Compensação Tarifária? Sabem quanto tem em caixa só da compensação tarifária? R\$ 200 milhões; R\$ 200 milhões que tinham que ser divididos em igual valor para o percentual de cada concessionária, inclusive, a Carris! E vocês não querem botar R\$ 6 milhões! É justo isso? Isso é papo para grego. Porque, quando se diz que estamos vivendo numa democracia e que ouvimos ambas as partes, as partes, a oposição não tem eco; os senhores colocam num ventilador, e ninguém ouve. Essa é a verdade - e a verdade tem que ser dita. Vou falar outra: a auditoria externa, cadê os resultados da auditoria externa? Que vai dizer exatamente o que está ali embutido no custo do valor da passagem - que nós vimos, uma aberração enorme, despesas dos diretores. Presidente, o senhor tinha que falar isso em público. Por que essas despesas estão computadas na passagem dos trabalhadores, do cidadão? Não é justo. Criação de um fundo de transporte, ou o governo não vai fazer nada? Vai, simplesmente, subsidiar o transporte público só porque a Carris foi liquidada; e aí, para eles tudo, e para a população nada. Ali naquele documento tem muitas propostas de viabilidade da Carris e não da liquidação da Carris. Por isso que nós temos que ter coerência, secretário; os senhores não tiveram ética e nem coerência, quando não responderam a proposta levada aos trabalhadores. Essa que é a grande verdade. Estão aqui os trabalhadores com a proposta até em mãos, se quiserem de novo. É por isso que é injusta essa decisão que o governo está tomando. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Boa tarde a todos e todas. Eu venho em nome da bancada do PCdoB encaminhar o requerimento de adiamento por duas sessões deste projeto, porque, eu ainda, de fato, acredito que o governo possa reconsiderar este projeto, ou possa, minimamente, construí-lo, de forma coletiva, com os trabalhadores e as trabalhadoras. É inadmissível que os projetos mais impactantes da cidade sejam tocados dessa forma, sejam tocados a toque de caixa, sempre com regime de urgência, sempre com uma escuta sem construção, porque de fato é isso que acontece, Ver. Cassio... O Cassio, que já foi vereador dessa Casa, que hoje é secretário de governo e que, por muitas vezes, nos recebe no Executivo, também acompanha a situação sem solução. Porque, nós, eu queria dizer para vocês, Rosane, que é trabalhadora atuante da Carris, que, por inúmeras vezes, inúmeras vezes, nós tentamos construir esse projeto de forma coletiva. O prefeito até nos recebeu, nos solicitou uma proposta, nos disse em uma reunião que apresentaria os dados. O secretário está aqui presente, e também não conseguiram, não conseguiram, secretário. Eu manifestei, naquela reunião, a minha insatisfação, porque foi a bancada do PCdoB quem solicitou, e que ficam aqueles lados vagos numa reunião que, infelizmente, não

teve peso nenhum. E hoje a gente tem novamente este projeto aqui em pauta, que trata aí de mais de 2.000 trabalhadores, que trata das famílias dos trabalhadores e que vem aqui dessa forma atropelada, sem nenhuma construção mediada. O que eu venho a esta tribuna reafirmar em nome da bancada do PCdoB, a solicitação do Ver. Pedro Ruas é para que a gente tenha possibilidade, de fato, construir; a cidade não precisa ser impactada pela paralisação legítima dos trabalhadores, a cidade vai ser impactada novamente com a privatização da Carris. Afinal de contas, isso só vai ser bom para o empresário; não vai ser bom para o povo da cidade. A gente sabe, Ver. Oliboni, porque, em outros momentos, também já foi pauta desta Casa. Afinal de contas, o prefeito está dizendo: “eu lavo as mãos...” De algo que é importante para a cidade; o prefeito está dizendo que não quer gerir o que é público! Eu sou estudante de administração pública e social, eu sei o impacto da política pública lá na comunidade, eu sei que ter um ônibus passando na frente de casa, um ônibus passando na avenida faz diferença na nossa vida. Nós sabemos que o transporte que está posto não dá conta; nós sabemos que o transporte que está posto não está bom; nem público, nem privado. Agora, o Ver. Jessé adora vir aqui falar que a gente precisa deixar de ter prejuízo, que as empresas públicas não podem ter prejuízo, mas botaram isenção para empresa privada, botaram subsídio para empresa privada! Mas quando é para o público, aí não pode, aí onera o bolso do trabalhador, aí onera o bolso disso e daquilo... Mas é quem mais está sendo onerado! Que engraçado, quando é para empresa privada é subsídio, mas quando é para empresa pública, aí é prejuízo! O que nós temos que assumir aqui, vocês têm que ter coragem de assumir, de vir aqui nesta tribuna e dizer que vocês odeiam o serviço público, que vocês odeiam o servidor público. Mas o pano de fundo, o que está lá, o que está diretamente ligado a esse projeto é um ataque ao serviço que o trabalhador, que a trabalhadora oferece para comunidade. É isso que eles querem acabar. O Ver. Camozzato veio aqui e disse, com as suas palavras, que ninguém tem que ter acesso ao serviço público, que os trabalhadores e trabalhadoras que se virem. É isso o que está sendo dito aqui... Para concluir, como se todos nós tivéssemos o mesmo berço, como se todos nós tivéssemos a mesma origem; para gente como eu, política pública faz diferença, desde a merenda na escola até o ônibus que passa na rua. Mas, infelizmente, tem uns vereadores aqui que têm outra escola, outra vida, vêm de outra classe social, e aí minhas colegas, aí meus amigos, aí a política pública não faz diferença, tira tudo e dá para os empresários, para os amigos para gerir, porque aí dá lucro.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Eu subo a esta tribuna para encaminhar também favoravelmente ao requerimento do Ver. Pedro Ruas. Eu tenho aqui nas minhas mãos a proposta elaborada pela comissão de funcionários da Carris, em

conjunto com o Amauri, ex-secretário de mobilidade urbana desta capital; isso foi um estudo apresentado na segunda-feira ao secretário de mobilidade urbana, secretário de relações institucionais, o Cassio Trogildo, que, inclusive, está presente aqui no plenário. Eu duvido que a Prefeitura tenha conseguido ter tempo para analisar esse documento, inclusive, um documento muito mais elaborado do que aqueles que nos foram apresentados na audiência pública, inclusive em quantidade de páginas, os onze *slides* que foram apresentados pelo governo, e que não se desdobrou num estudo de impacto financeiro, num estudo técnico decente. Hoje, o nosso movimento conseguiu produzir um documento importante com contrapartidas e propostas reais, Ver. Jessé, tu que questionaste muito a falta de proposta e de alternativas para a crise do sistema. Os trabalhadores da comissão de funcionários da Carris elaboraram esse documento; e, crise por crise, as privadas também receberam R\$ 60 milhões de subsídios nos dois últimos anos; crise por crise, a Carris pagou sua dívida... (Problemas na conexão.) ...As empresas privadas ajuizaram, R\$ 60 milhões, hoje, que estão na Justiça, e que faz falta na qualificação do nosso transporte; crise por crise, a ATP hoje tem milhões de recursos aplicados nas suas contas, o que também faz falta para a gente conseguir pensar proposições imediatas para qualificar e melhorar a vida do trabalhador, para qualificar a vida do rodoviário. Então, é isso, a análise da crise é concreta, mas os encaminhamentos têm que ser postos à mesa. Secretário Záchia, foi apresentada uma proposta da comissão; Pablo, que está conversando com o secretário Záchia, filho do prefeito, o senhor teve acesso a esse documento? Vereadores do governo, Camozzato, que está aí mexendo no celular, teve acesso a esse documento, Camozzato? Não seria importante o senhor analisar esse documento também? Tu que gostas tanto de dados, tu que gostas tanto de números, tu que gostas tanto de pautar a transparência, a fiscalização, não seria importante o senhor subir a esta tribuna para cobrar que a Prefeitura assuma de fato a gestão tarifária do transporte, organize um edital de licitação, tal qual está posto na manifestação da Prefeitura, para a Justiça, essa semana. Então, é um silenciamento em torno de algumas questões; é importante a gente ter esse tempo para conseguir analisar a fundo a crise do transporte. Como eu disse anteriormente na minha primeira fala, a Prefeitura pediu um prazo de um mês para assumir a gestão, ela está sendo obrigada pela Justiça a assumir a gestão do transporte. A Prefeitura pediu um mês, possível de ser prorrogado para mais um mês. Ao não cumprir isso, é multa, multa de R\$ 20 mil por dia que a Prefeitura vai ter que pagar por estar sendo omissa, estar compactuando com a ilegalidade, com a fraude, com o esbulho. Por que não esperar duas sessões para que a gente vote este projeto e o discuta, num outro contexto, apropriados da situação, e que a gente consiga, juntos, aí buscar um caminho para a crise do sistema. É isso que o requerimento do Ver. Pedro Ruas representa. É nesse sentido do diálogo, da construção... (Problemas na conexão.) ...que a gente defende que é importante a gente sair desse impacto que está colocado hoje aqui para nós. Por isso a gente é favorável a esse requerimento, para que se adie e se postergue essa discussão por mais duas sessões.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de sua autoria, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Vereadora Comandante Nádia, que preside esta sessão, vereadoras e vereadores, público da TVCâmara, amigas e amigos das centrais sindicais, rodoviárias, rodoviários que aqui presenciam um momento histórico. Ele é extremamente negativo, mas é histórico; ele é da pior forma que poderia ocorrer, mas faz parte dessa história. E que bom que vocês estão aqui, porque podem examinar a luta que se tem e a nossa fé na importância da Carris. Nós sabemos, nós, e aqui diversos vereadores colocaram da tribuna, nós sabemos da importância dessa empresa, sesquicentenária, e não é simplesmente porque ela tem 149 anos ou 150. Não é isso. Isso tem um peso, porque isso não acontece à toa, uma empresa não dura tanto por nada, uma empresa não vira modelo nacional à toa, companheira Regiane Oliveira; não é de graça, não é sem esforço, sem trabalho de inúmeras gerações, quantas e quantas gerações conviveram com a Carris, e tiveram nela o seu esteio, a sua garantia do transporte coletivo! Quantas e quantas gerações poderiam ter no futuro a mesma garantia? É isso que falta no Executivo Municipal; nessa forma de governar, não há compromisso com a cidade e muito menos com o seu futuro, porque essa é uma questão essencial à capital do Rio Grande. Não é qualquer coisa ter a empresa que é escolhida a melhor do Brasil! São anos seguidos! Eu já disse na tribuna e repito: há problemas? Há déficit? Vamos tratar disso; vamos resolver esses problemas. E todo mundo sabe, eu já falei aqui, todo mundo sabe que o problema começa pelo excesso de CCs. Não precisaria cargo de confiança na Carris, mas gastam milhões com cargos de confiança, depois reclamam e aí é motivo para privatizar. É inacreditável isso. Eles enchem de cargos de confiança e depois dizem: assim não dá para aguentar. Mas vocês que botaram, ou alguém aqui nomeou algum CC para a Carris? Quem nomeou foi o Executivo, foi o prefeito. Vocês nomearam alguém? Ninguém. Nós também não nomeamos. Então quem nomeou foi o prefeito; e é ele que diz que tem, exatamente, que mudar, privatizando, liquidando, tirando de Porto Alegre esse patrimônio - são gerações que trabalharam, gerações que usufruíram, gerações que construíram esse patrimônio. O patrimônio público é de todos, não é do prefeito, não é do prefeito. O patrimônio público é da sociedade! No mínimo, no mínimo, e tivemos uma emenda nesse sentido, no mínimo deveria haver um plebiscito e consultar a cidade. No mínimo, no mínimo deveria haver um plebiscito, porque é a dona da Carris. Os habitantes de Porto Alegre, quem tem domicílio em Porto Alegre, sabem da importância da Carris, não existe uma única pessoa que não saiba disso; as pessoas, por mais que estejam agora soterradas e por problemas de toda ordem, por um gás de R\$ 100, por uma gasolina a R\$ 7, pela ameaça à sua própria vida pela covid, pela pandemia, elas sabem o que é a Carris, o que ela representa para Porto Alegre. Então, se elas fossem ouvidas, meu sempre Ver. Alex Fraga, num plebiscito, bem, nós teríamos uma base de legitimidade para qualquer caminho a ser traçado; agora, do jeito que está, não é legítimo isso. Por isso o adiamento das duas sessões, Sra. Presidente, vereadoras e vereadores, porque nós

queremos mais tempo para essa discussão, nós queremos mais tempo para esse debate, nós queremos que a cidade saiba mais o que está ocorrendo, se conscientize de que aquele ônibus da iniciativa privada, que não chega lá, e ela chama a Carris, depois não vai chegar nem com a Carris. Para concluir, estas empresas da iniciativa privada fazem *lockout*, e vocês sabem o que é isso, elas deixam de funcionar e de operar porque querem e prejudicam a população em nome dos lucros; e a Carris garante que isso não aconteça, e, se a Carris for deles, vai acontecer também com a Carris. Por isso o adiamento da discussão para que nós tenhamos mais tempo para o debate e o esclarecimento do povo de Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, o requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a chamada nominal.) **REJEITADO** por 11 votos **SIM** e 22 votos **NÃO**.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Declaro **rejeitado** o requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas.

Solicito ao diretor que faça o apregoamento das matérias.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo as Emendas nºs 03 e 04, de autoria das vereadoras Daiana Santos e Bruna Rodrigues, ao PLE nº 013/21.

Apregoo o requerimento de autoria da Ver.^a Bruna Rodrigues, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque para as Emendas nºs 03 e 04 ao PLE nº 013/21.

Apregoo as Emendas nºs 05 e 06, de autoria dos vereadores Matheus Gomes e Roberto Robaina, ao PLE nº 013/21.

Apregoo requerimento de autoria do vereador Roberto Robaina, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque para as Emendas nºs 05 e 06 ao PLE nº 013/21.

Apregoo as Emendas nºs 07 e 08, de autoria do vereador Pedro Ruas, ao PLE nº 013/21.

Apregoo requerimento de autoria do vereador Pedro Ruas, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque para as Emendas nºs 07 e 08 ao PLE nº 013/21.

Informo que não há necessidade de envio dessas emendas à apreciação de Comissões Permanentes, pois a proposição tramita pelo regime de urgência previsto no art. 81 da Lei Orgânica do Município.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada, diretor. Em votação a Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 013/21. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente, Ver.^a Comandante Nádia; vereadoras e vereadores, público que nos assiste, rodoviárias e rodoviários, é importante que vocês percebam que todas as nossas emendas... O que buscam? O que buscam é a redução de danos. Então nós temos emendas, Rosângela, que jogam para cinco anos a validade da lei, a vigência da data; nós temos emendas que garantem o emprego dos trabalhadores e das trabalhadoras, nós temos emendas, exatamente, que buscam que se reduzam danos com o projeto tão nefasto - eu digo isso respeitosamente, por respeito a vereadores que tenham outra posição, Ver.^a Mônica Leal, tenho respeito pela sua posição. Mas, a nossa posição é bem clara: é a defesa do patrimônio público e a defesa da Carris, é a defesa da sociedade porto-alegrense. E todas as nossas emendas são emendas que procuram, como a nº 01, dos companheiros e das companheiras do PT, que procuram, exatamente, Ver. Matheus Gomes, levar adiante a nossa proteção a questões básicas, a valores básicos, elementares de uma sociedade que busca manter um mínimo de patrimônio como seu. O que mais tem Porto Alegre? O que mais poderia, o Executivo Municipal, colocar à venda? Já destruiu a Procempa, vai vender o quê? A Praça Montevideú? O prédio da Prefeitura? Então, é uma situação dramática que nós vivemos. Porto Alegre tem pouco patrimônio. Eu repito aquilo que já foi exaustivamente falado nesta tribuna, se há problemas de custo, e aqui tem um debate direto com o Ver. Camozzato, há um debate com V. Exa., porque V. Exa. foi muito honesto, colocou aqui de forma clara que a posição do NOVO é contra a existência de estatais. Isso é uma posição séria e honesta, é completamente diferente do que nós pensamos. Mas é uma posição respeitável. O que não é respeitável? É o Executivo Municipal encher de cargos de confiança a Carris - foi ele quem nomeou, Ver. Camozzato, não fomos nós. E vem dizer que dá prejuízo. Não, aí não dá, não é respeitável. Se é contra estatal, porque ela é estatal, V. Exa. é assim, o seu partido é assim, é um debate; esquerda *versus* direita, socialismo *versus* liberalismo, é um debate, é um debate sério, não é qualquer coisa. Agora, encher de cargos de confiança e dizer que dá prejuízo, mas é ele que dá prejuízo, ele que bota o bode na sala para vender a sala - não é possível. Então esse debate, com esse argumento, não é sério, porque nós poderíamos trabalhar aqui, e por certo a oposição teria essa mesma boa vontade, nós poderíamos trabalhar aqui em cima de uma situação de resolver o problema do déficit. Bom, mas temos que cortar aqui, cortar ali, mudar isso, mudar aquilo; vamos trabalhar, vamos fazer! Eu disse antes que aqui não se pega um doente e manda para a morte; pega o doente e vai tratar. Está doente a empresa? Vamos debater se está doente, porque empresa pública não é para dar lucro mesmo. Agora, tudo bem, é insuportável esse déficit? Vamos trabalhar o final dele, vamos encerrar o déficit. Quais são as propostas do governo? Quais são as propostas da Câmara Municipal? É assim que se trabalha em gestão pública, é assim! Não é destruindo o patrimônio, porque não é deles, não é nosso, é do povo, é da história, é do futuro. É das gerações de pessoas que sequer

nasceram, é deles a Carris. Quando eu nasci, a Carris já era do povo há muitos anos. Então, quando todos aqui nasceram, já era há muitos anos, em qualquer idade que se tenha aqui. Por isso, não há o direito, não há esse direito de acabar com a Carris, de liquidá-la, de privatizá-la, de passar, isso que eu quero salientar bem, não há o direito, não é moralmente correto, não é aceitável. É uma irresponsabilidade geracional. Esta geração vai acabar com esse patrimônio público que as outras gerações poderiam usufruir e não terão. Eu, um dia, falava, vereadoras e vereadores, que o meu pai, que, graças a Deus, tem 90 anos, está firme aí, e eu falava para ele: "Pô, pai, tu viveste a vida inteira sob a égide da CLT. Começaste a trabalhar em 1953, te aposentaste, com a CLT, com as leis trabalhistas em vigor e, em 2017, elas foram destruídas". Então, a geração do meu pai conseguiu pegar toda a CLT em vigor. Aquelas gerações anteriores conseguiram criar mecanismos importantes de garantia para o trabalhador, para a trabalhadora, para a previdência desses trabalhadores que já não existem mais! Então, o que está acontecendo em relação à Carris é isso, é tirar do povo do futuro, do presente, evidentemente, mas tirar de gerações futuras a possibilidade de uma empresa como essa, extraordinária, com 150 anos! Eu lembro dos bondes, eu lembro dos trólebus, eu andei muito de bonde em Porto Alegre. Eu conheço essa empresa, eu estive várias vezes na própria empresa. Então, tirar do povo de Porto Alegre, principalmente, do futuro, não é aceitável, não é correto, não é adequado. Vou encerrar, Presidente. Então, encaminhamos aqui favoravelmente à Emenda nº 01, porque repito que essas emendas, nós temos, eu acho que são oito emendas, Ver. Ramiro Rosário, eu citei antes V. Exa., mas a frase era do Ver. Felipe Camozzato, mas, de qualquer maneira, ficou uma boa referência. Mas as nossas emendas, elas são de redução de danos. Desta até a nº 08, nós vamos fazer este trabalho. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): A Ver.^a Laura Sito está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 013/21.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Então, colegas, foi muito bom que o Ver. Felipe, antes, na discussão geral, veio até aqui ao púlpito, e foi muito nítido sobre sua posição do privatizar tudo - uma visão quase anárquica do capital. Essa colocação é muito importante, basilar da nossa discussão, porque, de fato, a agenda liberal se apresenta, Ver. Pedro Ruas, como a grande onda do momento e acaba levando conservadores, sociais-democratas, centristas, como se ela fosse a única alternativa para garantir a eficiência do serviço do Estado. E nós sabemos que não; inclusive, muitas vezes, esses parlamentares centristas, sociais-democratas, inclusive, os conservadores, na verdade, do ponto de vista ideológico, nem corroboram com essa leitura, mas são levados, muitas vezes, pela onda que está posta e pelo certo pragmatismo sobre a gestão pública, o que é uma lástima. Uma lástima, porque isso destroça o estado democrático, isso destroça o patrimônio público e, de fato, corrobora com uma total destruição do

acesso da população aos serviços públicos de qualidade. A nossa Emenda nº 01, ela é uma emenda que prevê, para este projeto, responsabilidade, condicionar a aprovação, a sua execução a um estudo do Tribunal de Contas. Condicionar a sua execução a uma discussão prévia com a população de Porto Alegre é fundamental, porque, é inverdade que a população de Porto Alegre, ela deu uma carta branca para privatizar a Carris. Isso é uma inverdade, ela não deu, Ver. Ramiro, e por isso é importante conseguir dialogar com a população e conseguir apresentar uma análise econômica e financeira da empresa, apresentar os impactos sociais da privatização da Carris, conseguir ter uma análise que justifique a incapacidade de operação, algo que, a pedido da oposição, na reunião que fizemos com o Poder Executivo, o Poder Executivo não conseguiu nos apresentar. Restringiu o debate, um debate meramente contábil é debochar da população de Porto Alegre, é não dar conta inclusive de fazer um balanço sobre o que foram os anos da administração pública da Carris. Apesar de todo mundo ter ficado aqui rindo, agitando sobre a fala do Ver. Jonas, a fala do Ver. Jonas é muito verdade. É muito sério o caso do ex-funcionário da Carris Ivsem Gonçalves. É muito sério. Talvez seja a maior demonstração daquilo que os colegas liberais colocam aqui com uma grande motivação para privatizar a Carris, que é ela estar quebrada, que ela dá déficit. Mas porquê? Quais foram os elementos administrativos que levaram a isso? Eu falava antes aqui com o Ver. Ramiro e o provocava, perguntava, se, no setor privado, não havia corrupção. Como se privatizar fosse a resolução dos problemas, o que não é. A resolução de uma empresa que tem como papel a regulação do funcionamento do sistema de mobilidade urbana em Porto Alegre, uma empresa que tem por função garantir para a população de Porto Alegre um transporte de qualidade, inclusive, basilando o setor privado. O simples cálculo de apresentação da funcionalidade do setor privado *versus* público, além de conter uma narrativa irreal sobre os números, porque ignora a quantidade de dinheiro público que é posta no sistema privado, que ignora a caixa-preta do sistema privado, é uma visão que simplesmente quer ter a total desregulação do Estado ante os serviços colocados. Portanto, conseguir condicionar a aplicação desta lei ao estudo do Tribunal de Contas, conseguiu condicionar a aplicação desta lei a um diálogo, plebiscito, um diálogo direto com a população é um mínimo possível para que nós possamos ter um debate feito em cima da realidade e não em cima simplesmente dos interesses econômicos que movem esta Casa e que, infelizmente, movem o governo. A questão do Ivsem, são 45 crimes de peculato, 43 crimes de lavagem de capital. A fraude da empresa Carris, ela foi desvelada pelo Ministério Público em 2018, e a operação foi desencadeada pela promotoria. Nós estamos falando aqui de R\$ 1.700.000, é muito dinheiro. É muito dinheiro! Para concluir, ou nós fazemos um debate sério, colocamos, teve um vereador que se insuflou para falar que faria um debate técnico, ou nós fazemos um debate sério com o Tribunal de Contas, um debate com a sociedade, ou nós estaremos aqui simplesmente fazendo da Casa uma homologação dos interesses do setor privado da cidade.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 013/21.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Boa tarde, colegas, vereadora que conduz os trabalhos; eu venho defender, primeiro queria saudar a bancada do PT, aqui, o nosso líder Rossetto também se faz presente neste plenário. Estamos aqui na resistência, Rossetto, que nós entendemos que a Carris é um patrimônio da cidade em muitos sentidos, seja na relação com a comunidade, quando a gente fala dos territórios, da construção do percurso das rotas do transporte coletivo na cidade, mas também esta emenda em especial, a Emenda nº 01, ela trata de algo que nós denunciemos aqui há bastante tempo. Aliás, nós falamos da necessidade aqui há bastante tempo, que é de estudos técnicos, embasar os grandes, ou conduzir a construção dos grandes projetos. Nós não identificamos nenhum estudo que sustente a venda da Carris, que garanta à cidade que a privatização da Carris vai ser algo melhor para cidade, ou que vai impactar de forma eficiente a qualidade do transporte e o valor da tarifa paga pelo cidadão e pela cidadã. Então, hoje, esta emenda, nós precisamos garantir que ela seja aprovada. Sensibilizar os colegas que vão votar no projeto para que votem também nesta emenda é algo fundamental, porque, se nós acreditamos nos estudos que fazem a gente tomar as decisões de forma mais segura, aqui eles não são apresentados. Mas também esta emenda fala de algo que é fundamental que é a participação popular. Hoje, nós denunciemos aqui que os trabalhadores, uma parcela deles está aqui, uma parcela de luta, porém pequena, mas tem uma parcela significativa dos trabalhadores que está do lado de fora e que isso não condiz com a chamada Casa do Povo. Afinal de contas, para sermos vereadores e vereadoras, nós pedimos o voto do povo. É um desrespeito com os trabalhadores e com as trabalhadoras, mas, acima de tudo, com a população da cidade que vai ser duramente impactada. Aqui, nós estamos falando de uma parcela só do impacto, mas o transporte lá na Cruzeiro e o transporte lá na Ponta Grossa, Giovani Culau, e o transporte lá na Restinga? Eu tive reunião com a EPTC, porque abriram os *shoppings* até o horário normal, só que esqueceram de fazer com que as linhas cumprissem essa jornada junto com os trabalhadores. É o povo que vai pagar essa conta, Ver. Jessé, mais uma vez, e eu cito, porque eu sou duramente contrária ao posicionamento dele. Vem aqui utilizar a tribuna para dizer que quem paga a conta é o povo. O povo está pagando essa conta faz horas, pela má gestão, pela má condução da empresa pública, porque nós sabemos que a empresa pública, bem gerida, bem qualificada, com o trabalhador valorizado dá lucro. Dá lucro! E eu nem sou do time que acha que empresa pública tem que dar lucro. Eu acho que empresa pública tem que cumprir a sua função social, e a função social é atender bem o trabalhador, a trabalhadora, é fazer com que as tabelas de ônibus se executem com qualidade, é fazer com que os ônibus não sejam sucateados, é fazer com que tenha ar-condicionados nos ônibus, é ofertar o serviço público de qualidade para a cidade. Eu acredito nessa empresa pública, por isso eu sou contrária a esse posicionamento de que se lasquem os trabalhadores, de que se lasque o povo da cidade. Porque é uma falácia de quem vem

dizer aqui que a privatização da Carris vai desonerar o transporte coletivo. Eu tenho certeza, e vocês podem me cobrar isso daqui um tempo, daqui a menos de dois anos, nós vamos estar discutindo aqui o transporte coletivo novamente, porque pasmem, não vai ser a empresa pública que vai estar aqui batendo na porta, pedindo dinheiro. Vão ser as empresas privadas. E pasmem novamente, aí nós vamos estar falando de subsídio, nós não vamos mais estar falando de prejuízo, porque aí o posicionamento vai mudar certamente. Então, acredito que nós precisamos aprovar esta emenda para que o plebiscito seja o condicionamento para a execução deste projeto. A comunidade tem que participar, a comunidade tem que dizer se quer ou se não quer, é a comunidade que vai ser impactada, porque boa parte dos vereadores aqui não pega o ônibus, gente. Então, por isso, a gente sabe que os posicionamentos, eles oscilam, mas a Dona Maria e o seu Zé, aquelas pessoas que saem dos extremos da cidade para vir para o Centro, esses sabem o impacto do transporte público. Esses sabem que a Carris é importante. Para concluir, eu peço aprovação da Emenda nº 01, porque eu acredito que a cidade merece ter essa garantia.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Quero cumprimentar e registrar as presenças de: Miguel Rossetto, deputado estadual e ex-Vice-Governador do Estado do Rio Grande do Sul; Ana Pellini, Secretaria Municipal de Parcerias; Luiz Fernando Záchia, Secretário Municipal de Mobilidade Urbana; Cassio Trogildo, Secretário Municipal de Governança Local e Articulação Política; e Gelson Luiz Guarda, Secretário Municipal Adjunto da Segurança, que estão na nossa Casa dirimindo todas as dúvidas que os vereadores têm.

O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 013/21.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Minha cara Presidente Nádia, Sras. e Srs. Vereadores, quero trazer um abraço aos nossos secretários que estão conosco - o Záchia, o Cassio, o major Gelson e a Ana Pellini - e dizer que estou desde o início aí acompanhando os debates. Quero cumprimentar todos os trabalhadores e trabalhadoras da Carris e todos que nos acompanham nesta tarde. Eu quero encaminhar, agora tanto todas as emendas, inclusive, o projeto, pretendo rapidamente fazer isso, para não precisar voltar depois e discutir uma a uma, cada uma das propostas que estão aí apresentadas. Eu, primeiro, quero cumprimentar os vereadores da oposição também que estão apresentando emendas para a redução de danos; aliás, eu tenho feito isso numa série de projetos e, às vezes, mal-entendido, tenho recebido e tenho sido, às vezes, bastante até apedrejado. Voto favoravelmente a todas as emendas para reduzir dano. Muito bem, com toda essa minha história de Câmara, nunca votei favorável à privatização, porque, diferente de muitos, eu acredito nas estatais e acredito também que essa ideia de se buscar que a estatal precise a qualquer custo de lucro não é o olhar mais apropriado. Até repetindo a Bruna, a estatal precisa cumprir a sua função social, e

hoje nós estamos terminando lamentavelmente com a Carris, uma empresa com seus 149 anos de história aqui em Porto Alegre. A razão do dar prejuízo é uma razão também de gestão, e as empresas privadas também alegam insistentemente que estão dando prejuízo. Eu acredito que uma empresa pública bem gerida, não estou falando mal do gestor, estou dizendo que aconteceram equívocos e que as empresas públicas bem geridas, elas prestam serviços à sociedade, e nós não podemos deixar de ter em mente que a Carris presta, sim, um relevante serviço. E quando, lá no passado, se criou a ideia das linhas transversais, empresa nenhuma quis assumir. Quem assumiu foi a Carris, e hoje são grandes linhas aqui da cidade de Porto Alegre; portanto, nós mantermos uma empresa pública que vá atuar onde a iniciativa privada se nega é fundamental em qualquer setor e essencialmente, principalmente, no transporte público. Portanto, eu voto favorável às emendas e contra a privatização da Carris. Acredito que seria importante a aprovação das emendas para mitigar os impactos que aconteceriam de uma hora para outra. Obrigado e um abraço para todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 013/21.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde, esta Emenda nº 01 é uma emenda muito importante, muito importante, porque ela é uma emenda que permite a participação da sociedade, da população. Isso porque a decisão de liquidar com a Carris, tomada numa sessão fechada, sem o direito à participação dos servidores, dos rodoviários, tomada por 36 vereadores, que foram eleitos numa outra situação política, uma decisão dessa envergadura, dessa importância não pode ser tomada só por 36 vereadores e vereadoras. Ela exige um debate democrático que passa necessariamente pela realização de uma consulta popular, de um plebiscito. Se o governo tem segurança do que está fazendo, por que não submeter à população de Porto Alegre essa decisão? Nós sabemos a razão pela qual o governo não está fazendo isso. O governo sabe que nós, na população, temos condições de vencer e de barrar a privatização; por isso que o governo não aceita esta emenda. É muito grave, é grave por quê? Porque esta emenda, além de defender o plebiscito, ela também reivindica que para que exista autorização, autorização que o projeto recebe, deve estar condicionada a uma análise técnica, a uma consulta, a um estudo do Tribunal de Contas do Estado. O Tribunal de Contas do Estado tem que oferecer uma análise financeira e econômica da Carris. O Tribunal de Contas do Estado precisa analisar o impacto e o custo social sobre a população, porque o governo - trabalhadores da Carris sabem disso, os trabalhadores rodoviários sabem disso -, o governo está fazendo um projeto de privatização, de desestatização da Carris, sem ter sequer um plano. Eles não têm plano, eles não sabem, sequer existe um levantamento preciso de qual é o patrimônio da Carris. Eles querem vender sem saber sequer qual é o patrimônio real da Carris. Eles querem, na verdade,

entregar a Carris, mas eles ainda não sabem, de verdade, se vai ter alguém que queira comprá-la. Então, o governo está simplesmente querendo que a Câmara dos Vereadores dê um cheque em branco. Como nós temos uma Câmara dos Vereadores que majoritariamente já se demonstrou absolutamente submetida aos interesses do Executivo, em parte, por concordar ideologicamente, em parte, pela farta distribuição de cargos de confiança. Inclusive, os cargos de confiança, eles colocaram na Carris para inchar a Carris, não só agora, porque o MDB não governa só agora, o MDB governava também quando tinha as fraudes na Carris e a corrupção na Carris, o governo já era do MDB. Então, o governo sem plano real, sem projeto real, simplesmente, começa a liquidação de uma empresa, e isso aí é inaceitável, porque nós sabemos que este projeto aprovado, o sistema de transporte vai piorar. Não vai melhorar, vai piorar e por isso que é inaceitável e por isso que nós estamos tratando de propor uma emenda que garanta que o Tribunal de Contas apresente seus pareceres e que a população possa julgar com base no parecer do Tribunal de Contas acerca do patrimônio, acerca das dívidas da Carris, acerca do déficit da Carris. E nós vamos ver inclusive que o Tribunal de Contas, analisando de verdade, vai ver também quais foram os déficits e os furos provocados pela corrupção do MDB na Carris. Talvez por isso que eles não querem o Tribunal de Contas analisando e por isso que eles não querem o plebiscito. Eles não querem que a sociedade debata o que eles querem fazer. Eles querem um cheque em branco dado por uma Câmara dos Vereadores que está curvada ao Executivo e aí eles vão fazer o que bem entenderem contra os interesses da população de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, a Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 013/21. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a chamada nominal.) **REJEITADA** por 11 votos **SIM** e 22 votos **NÃO**.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Está rejeitada a Emenda nº 01 ao PLE nº 013/21.

Em votação a Emenda nº 02, destacada, ao PLE nº 013/21. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente em exercício, Ver.^a Comandante Nádia, vereadoras, vereadores, público que nos dá a honra da sua presença, particularmente, como sempre, as rodoviárias e os rodoviários aqui presentes, eu tenho dito, neste momento em que nós analisamos as emendas, que a tentativa da oposição, PSOL, PT, PCdoB, é exatamente diminuir os danos deste projeto. Esta emenda traz isso também. É uma emenda apresentada pelo PT e que nos dá a possibilidade de ver a licitação das linhas da Carris. Isso também faz diferença, porque teria que haver uma licitação de cada linha especificamente. Então, para nós, o fato de podermos ter essas

emendas - é nesse sentido que eu quero que vocês observem essa luta, que é uma luta parlamentar - é para evitar o pior. Porque o pior está por vir. O pior é o projeto. Estas emendas são uma redução de danos.

Nós, vereadoras e vereadores de oposição, temos um compromisso com a cidade - e nos visita, hoje, o ilustre ex-ministro e ex-deputado federal, Miguel Rossetto, o qual recebemos aqui com muita honra -, e é essa empresa sesquicentenária, a Carris - uma empresa com 149 anos, que, no século IX era puxada por burricos, depois vieram os bondes, depois os trólebus, depois os ônibus -, que garante o transporte público para Porto Alegre. Eu vou sempre bater nessa tecla, Ver. Oliboni, porque nós sabemos, nós temos experiência, V. Exa. também tem, porque o que esses membros da ATP - Associação dos Transportadores de Passageiros fazem é um comportamento mafioso. Eles se unem em torno dos seus próprios interesses e a cidade que se dane, e a cidade que se lixe. O único objetivo deles é o lucro; o lucro desmedido e a qualquer preço, a qualquer custo, e em qualquer condição. Por isso que essas empresas da iniciativa privada, em cujo DNA está a busca do lucro... Esse é um outro debate! Pode haver um lucro exorbitante com uma concessão pública? E o lucro deles é exorbitante. Todos são milionários. Não há empresa de ônibus, em Porto Alegre, que não tenha tornado as famílias proprietárias milionárias. Nunca houve. Todas enriqueceram. Um bom negócio é esse. Não há negócio melhor do mundo do que uma empresa de ônibus em Porto Alegre. Porque essas empresas mandam há décadas na cidade. No meu cálculo, são 60 anos. Então, jogar a Carris para ser também parte dessa matilha de lobos é um absurdo completo.

Eu tenho participado de vários debates e, quando coloco o tema do déficit, do prejuízo, eu falo que nós podemos corrigi-lo. Se é esse o problema, vamos corrigi-lo. E essa a questão? Vamos fazer uma discussão honesta. Vamos debatê-lo e equacioná-lo. Provavelmente, em dois ou três meses, se consiga fazer isso. Vamos começar tirando os cargos de confiança - isso é fundamental - e vamos examinar todo o resto que leva ao tal alegado prejuízo, o déficit. Ora, empresa pública não é para dar lucro; empresa pública serve para prestar um serviço de excelência, e isso a Carris faz. Votamos a favor da emenda.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLE nº 013/21.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): O objetivo desta nossa emenda é que as linhas que pertencem a Carris permaneçam públicas, e que se dê ênfase à participação dos trabalhadores e trabalhadoras dessa importante companhia. O discurso de que a iniciativa privada sustenta um transporte público de qualidade sem a Carris é um argumento mentiroso.

Ouvi dos defensores privatistas, neoliberais, da nossa direita, que absolutamente todas as empresas privadas no transporte público de Porto Alegre prestam um excelente serviço para nossa população, o que é mentira! Eu pergunto a qualquer cidadão ou cidadã de Porto Alegre se está satisfeito ou satisfeita com o transporte público que recebe. Eu tenho convicção de que a resposta será não! E a Carris, numa avaliação, com certeza, estará em primeiro lugar, no quesito confiança, no quesito melhores veículos, e por prestar o melhor serviço. A Carris ainda é a nossa referência, pois já ganhou prêmios internacionais como a melhor empresa de transporte público do País, e é a Carris que definia a qualidade do nosso transporte público – ela era o carro-chefe, e todas as empresas privadas deveriam segui-la. Mas, hoje, a solução que nós temos não é abrir a caixa-preta, não é expor os dados obscuros; neste momento, o objetivo é entregar o patrimônio público. E esta emenda quer que as linhas públicas permaneçam públicas, ou seja, na mão dos trabalhadores e trabalhadoras.

Quem não gosta de concursado, quem não gosta de trabalhador do serviço público, concursado, que não entrou através do cargo de confiança, nem de pistolão, nem de indicação política, são aqueles que gostam do peculato, são aqueles que gostam da rachadinha. Saibam que não existe nenhum sistema melhor para corrupção do que aquele sistema que é entregue para a iniciativa privada ou por indicações políticas. Porque ali nós não temos o controle público, ali não há qualquer tipo de avaliação, de desempenho real; valem somente os interesses patronais, valem somente os interesses dos grandes e dos políticos que querem colocar os seus cabos eleitorais em determinados locais. É esse o objetivo real, neste momento. Não por acaso, em nível federal, temos a PEC nº 32, que quer acabar com a estabilidade do serviço público. Muitos vão dizer que não são concursados, que não lhes interessa, que não é trabalhador da Carris, e que o que quer é um transporte público de qualidade. Pois saibam que, no momento em que a Carris for privatizada... Eles chamam de desestatização, o que é pior, diga-se de passagem. Porque significa que o objetivo não é passar para uma empresa para competir no cenário, e, desestatizar, nesse sentido, significa fragmentar a Carris e entregar para iniciativa privada os seus ônibus, que não necessariamente estarão andando pelas ruas e fazendo o transporte público da nossa capital. Por isso, nós pedimos, como bancada do Partido dos Trabalhadores, que a nossa emenda seja aprovada. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLE nº 013/21.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): O Ver. Pedro Ruas falou há pouco que esta é uma sessão histórica. E, de fato, é, pois nós estamos falando de um símbolo da cidade de Porto Alegre. E eu quero dizer para os vereadores que estão aqui presentes que, por mais que as galerias hoje estejam vazias, tem milhares de pessoas

acompanhando esta sessão, inclusive, do lado de fora da Câmara de Vereadores. E eu gostaria que vocês escutassem um pouco do barulho. Uma boa parte dos vereadores desta Casa se negaram a ouvir, seguindo a trilha do prefeito Sebastião Melo e da sua equipe, que, infelizmente, optou por não dialogar com os trabalhadores e sequer analisar, dar um retorno sobre o projeto que foi apresentado para o transporte público da nossa cidade.

Então, em primeiro lugar, nós precisamos discutir o encaminhamento desta emenda proposta pelos companheiros do PT, porque ela traz um tema que é de extrema importância, que é a questão das linhas que a Carris opera na cidade de Porto Alegre, linhas essas que só a Carris faz, como bem lembrou o Ver. Ferronato há pouco tempo. As linhas transversais, por exemplo, foram inauguradas na cidade de Porto Alegre, e apenas a Carris queria fazer esse tipo de linha, que, hoje, cruza a nossa cidade, cumprindo um serviço essencial para nossa população.

E muito se fala do déficit da Carris, de números negativos dessa empresa, mas, no ano passado, quando os consórcios privados abandonaram mais de 20 linhas na nossa cidade, foi a Carris que assumiu essas linhas. E nós temos, hoje, um dado importante: o prejuízo de mais de R\$ 20 milhões, por causa dessa operação, que a Carris assumiu, e que, até agora, os consórcios privados ainda não repassaram. Ou seja, mais um exemplo daquele déficit, que, na verdade, é criado, é incentivado por uma gestão que quer privatizar a Carris, que tem esse horizonte colocado, mas que, na hora da campanha, não apresentou a coisa de maneira tão nítida assim. Esse é um elemento bem importante. Inclusive, eu trago aqui uma reflexão: foi uma eleição disputada, especialmente no 2º turno, e eu lembro bem desse debate sendo colocado ao público de Porto Alegre. Talvez, se tivesse sido falado dessa forma tão incisiva, como a gente está vendo agora o destino daquela eleição teria sido diferente. E eu digo isso porque, hoje, várias pesquisas apontam que, mais de 70% da população brasileira são contra as privatizações. Por isso que, quando chega na hora da eleição, ou do debate que nós estamos fazendo, aqui, agora, as nomenclaturas são variadas. Falam de concessão, mas não falam aquilo que realmente vai ser feito, que é transferir a empresa pública, que tem o controle de 99% das transações, para o controle privado, para dar oportunidade para um punhado de empresários em Porto Alegre, que não respeitam a legalidade, que não cumprem aquilo que está na licitação, qual seja, um serviço de qualidade para a população; pelo contrário, não renovaram a frota, não qualificaram os ônibus com ar-condicionado, não ampliaram as linhas e, agora, podem levar de bandeja a oportunidade de operar a Carris. É isso que está sendo feito, hoje.

Por isso, esta emenda é muito importante, Ver. Oliboni. Porque ao povo de Porto Alegre interessa poder se locomover na cidade, ter o direito de ir e vir e ter um serviço de qualidade, que é o que a Carris presta à nossa população.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLE nº 013/21, como autor.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo a nossa presidente em exercício, Ver.^a Nádia, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha nossa sessão, de modo especial, os trabalhadores e trabalhadoras da Carris que estão aqui presentes. A Emenda nº 01, que foi rejeitada, trazia um debate muito importante sobre a questão do plebiscito, dos apontamentos feitos pelo Tribunal de Contas do Estado, bem como de uma série de questões que eram de extrema importância, ao nosso ver.

Quanto à Emenda nº 02, eu vou fazer questão de lê-la, porque, às vezes, não entendem o que nós estamos aqui pleiteando - é algo que é fundamental não só para os trabalhadores, para o patrimônio, como para a vida da Carris (Lê.): "no caso de aprovação de qualquer das hipóteses previstas, em conformidade com o art. 1º, ficam mantidas as linhas operadas pelo lote público, devendo essas, se for o caso, serem submetidas a processo licitatório". Elas devem, por serem linhas públicas, ser colocadas como processo licitatório; não é simplesmente vender a Carris, vender um patrimônio e levar todas as linhas. Não é bem assim. E, na justiça, o governo perde tudo. (Lê.):

"Art. 1º: "Ocorrendo o processo licitatório não poderão participar ou se habilitar pessoas jurídicas ou pessoas físicas que possuam vínculo societário na empresa, consorciadas ou não, que já administrem concessões de qualquer dos lotes integrantes do sistema de transporte público de Porto Alegre. Art. 2º: Se houver licitação [e deve ter], deverá priorizar os primeiros momentos aos acionistas minoritários da própria Carris e também poderá ser contemplada a cooperativa dos trabalhadores organizada pelos trabalhadores, funcionários." Isso, inclusive, está numa das alternativas da proposta encaminhada ao governo. Art. 3º: Os ativos de bens da empresa não poderão ser transferidos para outros lotes, devendo, se for o caso, ser revertidos ao município, ficando vedada a sua venda, repasse ou aluguel dos terrenos, sem autorização expressa de lei específica." [Não pode vender um patrimônio que tem um valor estimável sem ter o reconhecimento de um projeto específico. Vão entregar, vão liquidar a Carris e vão fazer o que do patrimônio? E não é só o terreno; são os ônibus, as linhas, é um patrimônio incalculável, é a marca da Carris. Só um pouquinho, não estamos brincando, vamos ter mais responsabilidade sobre isso.] Art. 4º: Os funcionários que tenham sido admitidos através de concurso público deverão ser integrados à sucessora, não podendo ser desligados sem justa causa [essa é a grande verdade, por isso, saiu concurso público] pelo período mínimo de três anos, contados do ato efetivo da função ou cedência. [São para aqueles que assim desejam se manifestar por escrito, dizendo do desligamento.] Eventuais dívidas das concessionárias com a câmara de compensação tarifária, multas contratuais e tudo mais, têm que ser revistas. Artigo 5º: Em conformidade com a Lei nº 8.133, de 1998, eventuais despesas realizadas pelas empresas, sua associação ou sindicato, apresentadas nos estudos do cálculo tarifário, que não correspondam aos objetivos da qualidade da mobilidade tarifária do sistema municipal de transporte"

Porque nós vimos que foi computada, nessas passagens, aquela... (Problemas na conexão.) ...Lamentável, ninguém falou sobre isso. Foram viagens para o exterior, despesas descabidas. Vai continuar assim? Quem é que vai pagar a conta? Pessoal, tanto a Emenda nº 01, quanto a Emenda nº 02 têm um enorme alcance social, não só para o patrimônio, como também para os trabalhadores, bem como para a continuidade de linha públicas. Por isso, tem fundamento, sim, e pedimos o apoio dos nobres pares para a votação desta emenda. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLE nº 013/21.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Vereador Oliboni, demais colegas da oposição, vereadores e vereadoras, esta é uma emenda muito oportuna, Ver. Oliboni, e necessária, no sentido de que tange essa redução do impacto negativo que pode acontecer quando da privatização da Carris. Por que ela é oportuna? Porque ela fala da manutenção das linhas, para que não haja nenhuma retirada. Isso é fundamental, pois a Carris chega em espaços, onde outras empresas privadas não chegam. Nesses locais distantes, onde algumas empresas não chegam, é importante que nós tenhamos essa garantia de que não vai haver a retirada.

Um outro ponto importante - e eu encaminho aqui em nome da bancada do PCdoB - é a proibição para que essas empresas que já operam no transporte público de Porto Alegre, essas empresas que já têm algum vínculo de concessão dos lotes do sistema municipal de transportes, para que elas não possam operar. Isso é fundamental para que a gente possa, neste momento, fazer algo que é fundamental nesse processo, que é não permitir que essas máfias do transporte público venham a monopolizar, é isso que nós estamos colocando em debate o tempo todo. Outro ponto fundamental é que ela garante que aqueles que são concursados não possam ser desligados nos próximos três anos, considerando também que, caso haja o processo de privatização, eles tenham que ser incorporados nas empresas. Isso, para quem está operando, para quem está no trabalho, é fundamental, pois fala da garantia do posto de trabalho num período em que a gente vê uma relação de extrema desigualdade, o aumento do desemprego, em que a gente observa latente essa retirada de direitos. Garantir que esses postos sejam mantidos por, no mínimo, três anos e incorporados nessas novas empresas, isso é importantíssimo, faço questão de ressaltar aqui, considerando o grande contingente de desempregados. Acho que o objetivo principal desta emenda é impedir que essa máfia dos transportes, que já lucra e que entrega um péssimo serviço para o Município, venha a se beneficiar com a privatização da Carris. A gente precisa olhar para isso com muita responsabilidade, porque há interesses por detrás disso, e são esses interesses que nós devemos trazer aqui para o debate. Por vezes, parece que isso fica um tanto distante, mas, definitivamente, nós estamos falando dessa correlação de forças, pois aqueles que

são os interessados colocam em disputa e criam, tensionam formas, para que a gente desgaste, e isso vai estourar do lado mais fraco, o do trabalhador, que é quem é penalizado, e a população como um todo, para que essa correlação de forças acabe beneficiando a poucos. Esses poucos bem sabemos quem são. É importante ficar atento a isso, Marcelo, pois, além da garantia do concurso, da manutenção desses espaços, a gente está falando dos postos de trabalho, caso haja a privatização. Sempre lembrando que ainda há tempo para que a base governista reflita diante de tudo isso que nós vimos apresentando. Essas são formas de reduzir este dano, este impacto negativo que a privatização, Ver. Moisés, pode causar. Nós apresentamos propostas, essa é uma proposta muito justa e acho que muito inteligente da bancada do PT, pois faz uma relação direta com essa conjuntura extremamente desfavorável aos trabalhadores. Finalizo este encaminhamento pela bancada do PCdoB falando que nós nos debruçamos sobre isso com muita responsabilidade, por compreender que essa é uma forma de minimizar este dano. Nós nos posicionamos desde já favoráveis, Ver. Oliboni, é um enorme prazer compor este espaço com o senhor, porque são esses os debates políticos que, definitivamente, fazem valer a pena o sistema democrático.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Aldacir Oliboni, a Emenda nº 02, destacada, ao PLE nº 013/21.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADA** por 11 votos **SIM** e 23 votos **NÃO**.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Declaro rejeitada a Emenda nº 02 ao PLE nº 013/21.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Informamos que o quórum para deliberação do PLE nº 013/21 é maioria absoluta, por isso nós colhemos o voto da Presidente dos trabalhos, Ver.^a Comandante Nádia. Informamos que a Emenda nº 01 terá a sua votação refeita, com a coleta do voto da Presidente, e o quórum será de maioria absoluta para aprovação, ou seja, 19 votos favoráveis.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Declaro nula a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 013/21.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, a Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 013/21. (Pausa.)

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADA** por 11 votos **SIM** e 23 votos **NÃO**.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Declaro rejeitada a Emenda nº 01 ao PLE nº 013/21.

Em votação a Emenda nº 03, destacada, ao PLE nº 013/21. (Pausa.) A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pela oposição.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde a todos e todas. A Emenda nº 03 é uma preocupação da categoria dos rodoviários no projeto de desestatização da empresa. Não está colocado qual vai ser o futuro dos cobradores, dos motoristas que trabalham na empresa Carris. A Emenda nº 03 vem tentar, minimamente, suprir esse vácuo de informação que o governo ainda não disponibilizou, porque, de fato, não sabe o que vai fazer com a empresa, já que a gente está vivendo uma crise no transporte. Privatizando a Carris, eu quero saber qual é a empresa de transporte que vai ter dinheiro em caixa para comprar, se a gente está vivendo uma crise, as empresas estão quebradas, estão pedindo subsídios. Hoje o governo não sabe o que vai fazer com a Carris. O governo hoje não tem uma alternativa concreta para os rodoviários. Isso, para nós, é preocupante, a gente está num cenário nacional de 14% de trabalhadores desempregados, a gente está há mais de 10 anos com dois dígitos de desemprego, e nada garante que a crise vai passar. Pelo contrário, pelos dados da Porto Alegre pré-pandemia, de 2019, 7% da nossa classe trabalhadora estava desempregada. Na semana passada, a Câmara tratou de extinguir 3 mil postos de trabalho, os postos de trabalho que eram ocupados pelos cobradores, que, a partir de 2026, vão deixar de existir. Nesta semana, novamente, a Câmara de Vereadores quer encaminhar o desemprego de quase dois mil trabalhadores vinculados à empresa Carris. Ao não sabermos o que vai acontecer com esses trabalhadores, nós temos que ser honestos, nós temos que falar do pior cenário, e o pior cenário é o desemprego, o pior cenário é a exclusão de postos de trabalho sem uma perspectiva de realocação. Esta emenda, construída pela oposição, tem o objetivo de amenizar esse limbo político e jurídico que o governo está criando. A ideia da Emenda nº 03 é a realocação desses trabalhadores que prestaram concurso público, são trabalhadores celetistas, mas eles prestaram concurso público, eles têm expertise na área em que eles trabalham, e a gente precisa dar um encaminhamento para isso. Não basta somente trazer para a Câmara projetos que extinguem postos de trabalho. Extinguiram a função do guardador de veículos, para colocar o parquímetro; estão extinguindo a função dos cobradores, para colocar maquininhas. Novamente, as evoluções tecnológicas vão ser implementadas no nosso País, para garantir ainda mais exploração, ainda mais exclusão social e nenhuma melhora na condição de vida daqueles que trabalham. As pessoas não estão recebendo mais, pelo contrário, a cesta básica de Porto Alegre é a cesta básica mais cara do nosso Brasil, a gasolina está num valor de quase R\$ 7,00, e a gente não tem uma projeção nem de distribuição de renda nem de criação de postos de trabalho. Isso é muito preocupante, porque, se deixar só pelo mercado e a lógica de liberar o mercado, que se autorregula, aí vai flexibilizando todas as legislações trabalhistas, vai privatizando, vai terceirizando, e a gente sabe no que é que vai dar. Porto Alegre é uma cidade basicamente de serviços. Boa parte dos serviços é o comércio. Se o próprio povo não tem poder de consumo, a Prefeitura, para

tapar o buraco, está cavando outro maior ainda. É crise em cima de crise. Isso é falta de estratégia, isso é falta de planejamento. Nós temos que minimamente garantir, na aprovação desse projeto, que haja o realocamento dos trabalhadores hoje vinculados à empresa Carris. É uma questão de necessidade, é uma questão de visão, é uma questão de ter uma estratégia para esta crise que se prolonga. Não podemos amenizar, dizendo que eles não vão ser demitidos, porque isso hoje não está garantido no projeto de lei que vocês, vereadores, estão votando. Um projeto de lei muito parco, um projeto de lei sem estudo de impacto financeiro, um projeto de lei em que a Prefeitura nos mostrou três alternativas do que pode vir a fazer com a Carris e, de fundo, a gente não tem garantia nenhuma de que amanhã duas mil famílias vão estar empregadas. A gente não pode garantir isso para esses trabalhadores, a não ser que a gente leve a sério as emendas que estão sendo construídas pela oposição. Não é pouca coisa o trabalho que a gente vem desenvolvendo desde o início do ano, para tentar minimamente achar um caminho, achar um caminho para essas famílias que vão ficar desempregadas e achar um caminho para essa crise do transporte, que se arrasta e vai se arrastar ainda muito mais. Porque, como bem colocaram os vereadores aqui, boa parte do Parlamento vota coisas que não vive: vota política para o transporte coletivo, mas anda de carro; vota política para o Sistema Único de Saúde, mas tem plano de saúde e usa hospital particular; vota política para educação, mas todos os filhos, os netos e os sobrinhos estão na escola particular. É uma hipocrisia muito grande o que a gente vive neste plenário. Reitero, aqui não é a Casa do Povo, deixou de ser a Casa do Povo há muito tempo. A democracia, infelizmente, é sustentada por todo tipo de marca que financia a campanha política dos parlamentares que estão hoje aí e que se sentem autorizados a vir aqui e dizer como é que vai ser a vida do trabalhador nos próximos anos, do pessoal que trabalha, que paga os seus impostos e leva esta cidade nas costas. Esse é o desrespeito que a gente está vivendo aqui, novamente, nesta noite, e a gente pede que esta Emenda nº 03 seja considerada, porque vai ter um impacto vital na vida, na rotina destes que estão aqui acompanhando, com muita luta, muito esforço, a votação dos encaminhamentos da empresa pública Carris.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Findo o prazo regimental, declaro encerrada a presente sessão ordinária e convoco todos os vereadores, imediatamente, para a realização da 21ª Sessão Extraordinária, ingressando diretamente na Ordem do Dia.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h52min.)

* * * * *